



# REFUGIADOS

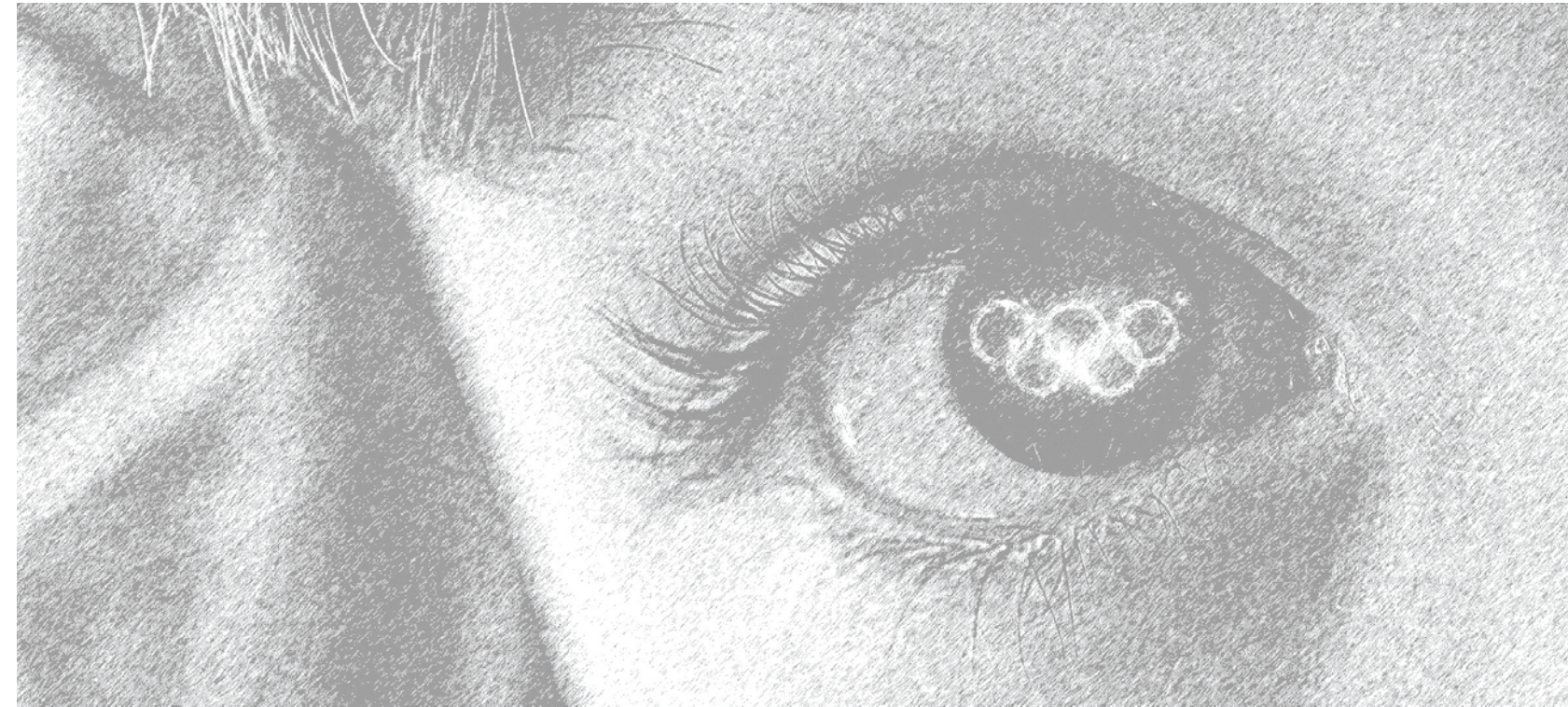
## DO DRAMA HUMANO AO SONHO OLÍMPICO

Parceiro de *Media*

**VISÃO**







# REFUGIADOS

DO DRAMA HUMANO AO SONHO OLÍMPICO

Índice

**5**

**NOTA INTRODUTÓRIA**

*José Manuel Constantino*

**7**

**DESPORTO, MIGRAÇÕES E RACISMO**

*Adriano Moreira*

**11**

**CRISTÃOS, MUÇULMANOS E A CULTURA DO ENCONTRO**

*Pedro Maria Godinho Vaz Patto*

**15**

**ACOLHER, RESPEITAR: AS MIGRAÇÕES E AS RELIGIÕES,  
NUM PERCURSO DA ANTIGUIDADE AO OLIMPISMO**

*Paulo Mendes Pinto*

**19**

**EL EQUIPO OLÍMPICO DE REFUGIADOS Y SU EFECTO EN EL APOYO GLOBAL  
PARA LOS DEPORTISTAS REFUGIADOS**

*Gonzalo Barrio*

**21**

**VIVER O DESPORTO – ABRAÇAR O FUTURO**

*Maria Machado*

**25**

**O MEU SONHO OLÍMPICO**

*Farid Walizadeh*

**27**

**NINGUÉM GANHA SOZINHO**

*Rui Tavares Guedes*

**29**

**UMA EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO COM O DESPORTO  
EM MIRANDA DO CORVO**

*Jaime Ramos*

**33**

**O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DA MADEIRA  
NO ACOLHIMENTO DE LUSO-VENEZUELANOS NA REGIÃO**

*Rui Marote*

**35**

**ESPÍRITO DE CAMPEÃO**

*Dora Estoura*

**37**

**DESPORTO E INTEGRAÇÃO,  
A EXPERIÊNCIA DA PLATAFORMA DE APOIO AOS REFUGIADOS**

*Catarina Lima*

**39**

**O PAPEL DA IMPRENSA DESPORTIVA NA DIÁSPORA**

*Vitor Serpa*

**43**

**DAS TORMENTAS À LIBERDADE,  
O PAPEL DO DESPORTO NO ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS**

*Rui Proença Garcia*

## NOTA INTRODUTÓRIA

José Manuel Constantino  
Presidente do Comité Olímpico de Portugal

A mobilização da comunidade desportiva no apoio a países devastados pela guerra, conflitos étnicos ou catástrofes naturais aproveitando o impacto mediático de um fenómeno global como é o desporto tem sido uma constante ao longo dos tempos.

Muitos dos exemplos mais mediatizados alertam-nos que o auxílio em cenários de crise, não podem desviar o foco político das reais prioridades no que concerne ao papel do desporto nos países em vias de desenvolvimento.

O desporto como uma via de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento tem a sua ação neste domínio muito longe de se esgotar na gestão mediática dos seus intervenientes e dos eventos pontuais que se realizam com propósitos solidários.

Porque rapidamente na voragem da torrente informativa se dissipa o essencial.

Pouco mais são do que um impulso reativo solidário e uma resposta, por certo importante, a uma situação de emergência devida a um acontecimento extraordinário que salta para a ordem do dia.

Os eventos e manifestações desportivas de solidariedade, às quais a esfera política se “associa”, não pode confundir emergências com prioridades.

Foi assim no Sudão, no Ruanda, em Santa Cruz, no Zimbabué, ou no Haiti ou mais recentemente com a crise na Síria.

Diria até que se tratam de acontecimentos que ocorrem em complemento de um longo processo de degradação de hábitos de vida elementares em estados frágeis e regiões desfavorecidas do planeta, onde o desporto se devia assumir, entre outros, como um instrumento socioeducativo estruturante da vida em comunidade, inserido em planos educativos e de saúde pública destas populações.

Desde a década de 70 que as Nações Unidas se empenham em integrar o desporto na cena política internacional.

Numa primeira fase, consagrando a educação física e o desporto como um direito para todos os cidadãos e condenando discriminações a esse direito em várias resoluções.

Mais recentemente, no quadro de ação dos Objetivos do Milénio, tem vindo a ser desenhada no seio da ONU uma estratégia alargada de integração do desporto nas políticas de

desenvolvimento, coordenando a intervenção de vários dos seus organismos.

Na Europa, o Parlamento Europeu e a Comissão têm tomado iniciativas importantes, a par do Conselho da Europa.

O reforço da cooperação com as autoridades desportivas internacionais, as organizações empresariais, o movimento olímpico, as diversas redes e plataformas não-governamentais para o desporto e o desenvolvimento e as organizações políticas regionais vêm produzindo intervenções relevantes em projetos locais e ações humanitárias, nomeadamente em África, consolidando instrumentos de trabalho para monitorizar os progressos alcançados através de programas desportivos em áreas como a erradicação da fome e da pobreza, a igualdade de género, ou o combate a doenças infectocontagiosas.

Os desafios que se colocam à comunidade internacional no centro das suas opções político-desportivas são diversos.

A ONU ao reconhecer ao COI o estatuto de observador da Assembleia Geral das Nações Unidas enfatizou o papel do movimento desportivo internacional a envolver-se e a utilizar o desporto como meio de mudança e de desenvolvimento social ao serviço da humanidade.

Em Portugal desde 2016 que o COP tem desenvolvido um programa de apoio que atingiu perto de um milhão de refugiados e deslocados em busca de asilo, através do apetrechamento dos centros de apoio aos refugiados em material desportivo de diversas modalidades, no acompanhamento à integração no tecido associativo daqueles com capacidades desportivas para a vertente competitiva e nas comunidades locais dispersas pelo território nacional.

Nestes locais uma bola, uma bicicleta, uns sapatos desportivos, o contacto humano que o desporto proporciona são experiências de um valor social inestimável. A alegria vivenciada contrasta com a amargura da chegada a um novo e estranho destino, rompendo com as barreiras linguísticas, étnicas e culturais na comunhão em torno de uma bola ou de uma outra atividade desportiva.

Estas experiências desportivas são, de há muito, o que de pouco positivo tiveram nos tempos mais chegados, e um elemento de coesão entre si e a comunidade de acolhimento, conferindo expressão efetiva à unidade na diversidade.

O COP despendeu com este Programa cerca de meio milhão de euros com verbas próprias e oriundas dos Programas da

Solidariedade Olímpica e da Comissão Europeia sem qualquer esforço financeiro das autoridades portuguesas que se limitaram a arrecadar as receitas fiscais ganhas através do apoio solidário.

Num outro plano temos prestado apoio direto a dois refugiados com passado desportivo de mérito e que na modalidade de atletismo e de boxe procuram garantir a participação desportiva nos próximos Jogos Olímpicos de Tóquio, através do esforço financeiro da Comissão Europeia, da Solidariedade Olímpica e do próprio Comité Olímpico de Portugal. Infelizmente sem qualquer acompanhamento das autoridades nacionais, político ou financeiro, de mecenas ou do tecido empresarial.

Discretamente e sem transformar o apoio solidário em mais um espetáculo mediático, o Comité Olímpico de Portugal (COP) mantém este programa de apoio acentuando o papel do desporto como elemento inclusivo.

A realização do seminário Migrações, Desporto e Religiões pretendeu recolher o que de melhor existe em Portugal, quer de experiências de acolhimento a populações migrantes, quer do pensamento e doutrina consolidada em relação ao tema e aspetos conexos como o do racismo.

O evento permitiu juntar pessoas com diferentes experiências, com distintas dimensões políticas e ideológicas, com experiências de terreno diversificadas enriquecendo o debate e as diferentes abordagens dos temas em agenda. É o resultado de tudo isso que agora se edita.

Nesta circunstância é devida uma palavra de agradecimento e reconhecimento ao Professor Doutor Rui Proença Garcia pelo empenho que colocou na organização da iniciativa, na definição do modo de abordagem dos temas e na condução geral dos trabalhos.

À revista Visão e ao seu Diretor, Dr. Rui Tavares Guedes pela parceria estabelecida e pela participação nos trabalhos.

A todos os participantes pela colaboração prestada.

À Dr.ª Rita Nunes e à Dr.ª Maria Machado pelo modo como em nome do COP acompanharam o evento.

## DESPORTO, MIGRAÇÕES E RACISMO

Adriano Moreira

Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa  
Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Não foi uma das calamidades previstas, para a época do globalismo em que estamos, que o fenómeno do racismo fosse um dos desafios a igualdade dos homens que ficará a marcar a imagem futura deste tempo. Definitivamente a imagem do “bom selvagem”, que investigadores consideram ter uma raiz em Tácito, ao descrever o comportamento das tribos germânicas, que consideraram orientados pelo amor à verdade, à coragem, à lealdade, referência que entendiam “fazer corar de vergonha os cidadãos de Roma” (Barzun). As palavras da Carta de Pero Vaz de Caminha sobre os índios do Brasil, ou de Colombo sobre a vida dos nativos da América a que chegou, sem saber exatamente onde estava, fortaleceu a imagem que viria a animar a imaginação dos utopistas. Mas esta identificação pelos “costumes e comportamento”, tal como parece ter acontecido durante a vigência do Império de Roma, depois da queda deste implicou a importância de identificação, que inclui linhas de fratura entre grupos que se considerariam unidades diferenciadas do género humano, não considerado este como derivado dos “bons selvagens”, diferenciando alemães, saxões, africanos, dinamarqueses, celtas, francos, normandos, lombardos, ostrogodos e visigodos, lusitanos, e assim por diante. A oposição entre cristãos e pagãos, que teria grande importância na vida interna das organizações políticas que se formaram no ocidente e depois na ação ocidentalizadora do mundo, ainda se baseava em critérios culturais, e teriam a mesma natureza orientações que produziram as calamidades do século 20, que foram as duas guerras mundiais, quando democracia, soviétismo, nazismo, não deixaram morrer o modelo das Inquisições. Igualmente não foi necessário o racismo para que, no espaço europeu ocidental, existissem escravos, servos, trabalho forçado, hierarquia e castas. Imagino que foram dois os fatores que determinaram a importância da “raça” e dos “mitos raciais”: o primeiro, a expansão, em modelo imperial, da ocidentalização do globo, que os Estados Peninsulares, destacando-se Portugal, iniciaram, e que ajudaram a legitimar a submissão; o segundo, obtendo reforço no crescente valor do poder político popular e democrático, mas que implicou a busca de aristocratização de cada povo pela afirmada origem épica, criando imagens que fizeram esquecer a normal mestiçagem das Nações. Podemos tomar-nos de exemplo, com o nosso culto da origem nos Lusitanos e admiração imperativa na liderança de Viriato – esquecendo alanos, vândalos, suevos, visigodos, árabes, e africanos, na mistura de que resultou sermos portugueses. Mas foi sobretudo a ocidentalização imperial, provocando o confronto, não apenas comercial, mas político, e dominador, que fez emergir a importância do racismo: foi um conceito diferenciador de dominantes e subjugados, ao mesmo tempo defensivo e legitimador da hierarquização e aristocratização da linha vermelha, não faltando posições sobre, por exemplo, a ausência

da “alma” nos nativos, embora não falem na mesma época doutrinações, não apenas teológicas, mas também de “justiça natural”, do que é exemplo a Teoria da Paz Ibérica, abrangente do ensino em Coimbra, em Évora, e em Salamanca. Infelizmente, deve-se a Carolos Linaeus, já em 1758, ter dividido o Homo Sapiens pelas cores: a) Vermelhos (americanos); b) Negros (africanos); c) Amarelos (asiáticos); d) Brancos (europeus).

O conceito da cor, regressou, mudado de objetivo, à Europa, pela doutrinação de Arthur de Gobineau (1859) quando publicou a obra intitulada *Essais sur l'inegalité des races humaines*, defendendo que a mestiçagem era a causa da decadência das nações, o que lhe mereceu ser considerado o pai do racismo do nosso tempo ocidental: os mitos do judeu, do negro, do mestiço, do muçulmano, que a UNESCO ajudou a combater, renasceu dentro da Europa com os crimes do nazismo durante a II Guerra Mundial, e hoje reapareceu com o drama das migrações: nesta data a defensiva dos ocidentais tem bases na capacidade que a técnica forneceu aos fracos (terrorismo) de vencerem os fortes (Torres Gémeas), provocando um conflito entre os deveres de segurança e os deveres da solidariedade humana, perturbações nos recursos orçamentais e efeitos negativos no mercado de trabalho (Trump), chegando ao ponto de, com poucos recursos de recuperação, o Tribunal Penal Internacional se declarar incapaz de perseguir crimes de guerra e contra a humanidade por recusa de colaboração dos Estados. Tendo recordado antes o conflito entre os deveres de segurança e os deveres humanitários da justiça natural, à decisão do Tribunal que o Presidente Trump classificou como memorável triunfo, acrescenta-se o facto de um Estado como a Itália punir com 20 anos de prisão quem salvar vidas de migrantes ilegais vindos de terras onde morreu a esperança de futuro, o que transformou o Mediterrâneo, das nossas glórias históricas do passado, num cemitério de abandonados. Não pode deixar-se de anotar que ao mesmo tempo (15 de agosto de 2019) a França celebrou o 75.º Aniversário do “*Débarquement de Provence*”, quando 350.000 combatentes, exército composto de 90% de tropas coloniais, senegaleses, algerianos, guineenses, marroquinos, sob o nome de código, escolhido por Churchill, “*dragoon*”, forçaram os soldados do Eixo a bater em retirada. Desta vez o desembarque negado aos fugitivos, é a gente que tem memória deste passado europeu, e num tempo em que o único remédio para o seu drama parece estar apenas em repor, nos territórios de origem, condições de vida que lhes permitam ficar.

De facto, é a convicção de que a política chamada de assimilação, muito tradicional nas políticas coloniais do passado, não tem crédito suficiente para ser usada no processo que decorre nas antigas metrópoles. O maior alarme, que a experiência do

passado ocidental dita, é que é extremamente perigoso criar bairros de minorias não assimiladas, ou consideradas não assimiláveis, porque cada bairro fomenta a discriminação, um fenómeno que as leis dificilmente dominam, e a discriminação é o primeiro passo para reaparecimento dos mitos raciais, dos conflitos com as autoridades públicas, e da inquietação da sociedade civil. Aqui desponta a problemática da integração, um método que tem por objetivo conseguir um pluralismo pacífico que preserve valores irrenunciáveis pelos migrantes e pela sociedade que dá o abrigo. Notabilizaram-se neste domínio alguns doutrinadores, e procurou alguma sistematização, já no clima atual, o estudo de D. Fassin intitulado *Les Nouvelles Frontières de la société française* (La Découvert, Paris, 2010). O tema tem em França relação com os problemas da Argélia, que parece não estar ainda suficientemente resolvido depois das migrações causadas pela retirada da França dessa colónia. Não tem qualquer semelhança com os dos nossos *retornados* depois da nossa descolonização, porque esses eram portugueses originais, ou descendentes de portugueses, e a integração recebeu completo e cívico apoio da sociedade civil. Mas em França, estando nós já em 2019, demonstra a oportunidade e também a dificuldade de voltar à chamada política de assimilação, que exige tempo e vontade cívica. A questão do tempo, e a dependência desta exigência da profundidade da cultura originária do migrante, sobretudo quando estão em causa valores religiosos, é evidente e exigente. Isto, sobretudo, porque o fenómeno do *terrorismo*, praticado por islamitas violentos, reforça as precauções dos naturais. É por isso que, não obstante a validade da política de assimilação-integração, pelo menos a concessão da nacionalidade encontra um ambiente restritivo. Por tudo, a frente de combate mais urgente é uma organização da “justiça natural”, e por isso dos tratados em vigor, com especial responsabilidade da ONU, talvez sendo de anotar o que Abdellals Hajjat chamou “o regresso da ideologia assimilacionista”. Foi o Ministro do governo francês, Éric Besson, quem, em 2009, iniciou, no âmbito da sua competência de Ministro das Migrações e da Integração, da Identidade Nacional e do Desenvolvimento, estudos sobre a definição da *identidade nacional*, em face das posições racistas e sobretudo islamofóbicas. De facto, não se trata neste ponto do direito do refugiado em busca de salvação, mas de facto do valor da identidade nacional. O receio de ela poder ser afetada pelo número de recolhidos, também teve manifestação na Suíça, onde um referendo realizado em 2009 concluiu pela adoção de uma proibição constitucional de serem construídos minaretes, um tema que abrange a preocupação de conseguir que não corram a identidade, designadamente das mulheres pela forma de vestir. Tudo exigindo uma justiça nacional e internacional, inspirada pela “justiça natural”, que torne viável a aplicação interna da Declaração Universal

dos Direitos do Homem. Infelizmente esta exigência enfrenta num momento pouco animador: a Rússia regressou ao Conselho da Europa, o que foi muito festejado, porque assim os cidadãos russos podem recorrer ao Tribunal dos Direitos do Homem. Foi silenciado que a Rússia tinha saído porque não cumpria as dezenas de sentenças que a condenaram, não há qualquer garantia que será daqui em diante diferente, e que a participação do modelo possa ser alargada à situação atual das migrações. Temos experiência suficiente com a história da ONU, que consolidou a internacionalização da Declaração de Direitos, mas tem dificuldades em conseguir o cumprimento pelos Estados. A garantia que oferece o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (CEDH) tem sido uma garantia efetiva, o mesmo não acontecendo ainda com o Tribunal Internacional dos Direitos do Homem, porque, ao contrário do Tribunal Europeu, os cidadãos não possuem ali um fácil acesso direto.

É um problema completamente diferente aquele que pode resultar, por exemplo, do Brexit da Grã-Bretanha, com os grupos de cidadãos da União Europeia que ali tem residência e direito. Espera-se que haja bom senso, não faltando seguramente a excelente intervenção da diplomacia portuguesa, para que a lembrança da Argélia não venha à memória. De qualquer modo não é possível confundir *refugiados* em busca de asilo, que regimes extrativos estão a produzir em excesso, com as multidões de emigrantes em busca de futuro que a sua terra de origem lhes nega, pelo método simplista, mas eficaz de lhes cortar o presente. Assim como o crescimento da islamofobia que cresce na Europa pelos efeitos sempre imprevisíveis do terrorismo, também, com princípio de aplicação difícil e exigente, a crítica do multiculturalismo, dito contrário aos valores culturais europeus não pode esquecer que, de regra, nenhum país ocidental deixa de ser multicultural, bastando ter presente a liberdade religiosa, a especificidade das regiões e províncias de cada um deles, o que tudo é sustentado pelo “eixo da roda” que são os identificadores da identidade nacional. Nesta data a União Europeia intenta fortalecer-se por um europeísmo aceite por todos os diferentes povos e nações que a compõem, e neste outono ocidental é um caminho que os desafios globais cada vez parecem fortalecer. Não se trata, quanto aos muçulmanos, de um confronto entre cristianismo e islamismo, trata-se dos valores fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem. A jornalista italiana, Oriana Fallaci, internacionalmente reconhecida, escreveu um livro que alcançara larga circulação, intitulado *La Rage et l’Orgueil* (2001) dedicando mais atenção à necessidade da “coragem” para enfrentar os chamados “tabus islamitas” recomendando uma atitude agressiva contra práticas que muitos consideram um declínio. De facto, o que parece mais evidente é a necessidade de que se combatam as práticas que violam os “valores

ocidentais” fundamentais, dos quais o tema mais em evidência é o tratamento das mulheres. Tendo sempre presente que o único remédio para a terrível situação em que o globalismo se encontra nesta área das migrações descontroladas, é repor a ordem nos países de origem para que as populações tenham ali não apenas um futuro, mas um presente com dignidade. Esta é uma tarefa que exige o apoio de todos os utopistas que ainda existem, porque é necessário esse estatuto humano para não perder a esperança de conseguir. É nesta circunstância que o desporto avulta como uma valiosa contribuição para a implantação da “terra casa comum dos homens”. A competição mundial, em várias áreas de desporto, distingue triunfos de atletas sem distinções de mitos raciais. Foi certamente isto que levou o Papa Francisco, ao visitar Moçambique, a lembrar Eusébio como símbolo que a igual dignidade do género humano implica. Os encontros mundializados são marcas dessa tarefa, um utopismo, embora difícil, de conseguir essa importância de “justiça natural”. A minha ambição com o texto de hoje é animar e fortalecer a ação internacional desportiva para o grande objetivo de firmar a igual dignidade dos seres humanos. Desejo por isso terminar com as palavras que o Professor Marcolino Cepeda, hoje suportando, sempre com um sorriso, as severas consequências de um acidente que lhe limita a autonomia, e que constam do seu livro “Pontes” – (segredando degredos):

“Estraguei muitos pares de sapatos a jogar no campo do Touro, ouvi muitos raspanetes da minha mãe, mas o bichinho estava lá e muito entranhado.

O desporto é desde tempos imemoriais – lembremo-nos dos gregos – um aglutinador de vontades, um bem para a saúde física e mental de quem o pratica regularmente.

Transmite valores importantíssimos a quem faz dele a sua vida e pode ser grande a diferença entre uma vida de vícios e uma vida sã e correta.

É um complemento indispensável à vida de todos nós, e praticá-lo é bom para grandes e pequenos.

Dá gosto ver o entusiasmo e a alegria transbordante dos adeptos de um qualquer clube quando a vitória lhes sorri.

Pode provocar paixões irracionais e perigosas quando os indivíduos são malformados; tantas desgraças têm acontecido...

No entanto o desporto é alegria e saúde, é paixão. Faz sonhar e isso é das melhores coisas da vida.”



## CRISTÃOS, MUÇULMANOS E A CULTURA DO ENCONTRO

Pedro Maria Godinho Vaz Patto  
Presidente da Comissão Nacional Justiça e Paz

Queria começar por sublinhar como são hoje importantes o diálogo e o encontro entre cristãos e muçulmanos.

A globalização torna incontornável a convivência entre pessoas de diferentes culturas e religiões e, portanto, entre cristãos e muçulmanos, as duas religiões com maior número de crentes (pelo menos nominalmente) em todo o mundo.

Vivemos num contexto em que se teme o chamado *conflito de civilizações*, que colocaria em confronto, entre outras, as civilizações influenciadas pelo cristianismo e pelo Islão (como sucedeu em séculos passados). Os conflitos históricos entre religiões servem de motivo, por outro lado, para a tese de que é necessariamente nefasta a sua influência social

Há quem diga que o Islão representa hoje um perigo, ou mesmo o maior perigo, para o Ocidente e para o Cristianismo. Ao perigo “vermelho” (a cor do comunismo) seguir-se-ia o perigo “verde” (a cor do Islão). A tese sobre o *conflito de civilizações* encontraria, assim, a sua confirmação. Para os liberais e laicistas, seriam sobretudo os valores ocidentais da liberdade e tolerância que estariam em jogo, diante de uma religião absorvente e enérgica. Para os cristãos, seria a sua liberdade que estaria necessariamente ameaçada nos países islâmicos e a identidade dos países de tradição cristã que estaria ameaçada diante da maior natalidade e prática religiosa dos muçulmanos.

Reflexos desta mentalidade são o crescimento eleitoral, na Holanda, na Suécia ou em França, por exemplo, de partidos que fazem do anti-islamismo a sua bandeira. Ou também, por exemplo, a proibição, resultante de um referendo popular, de construção de minaretes na Suíça.

O escritor norte-americano Robert Spencer é autor de vários livros que também se fazem eco desta mentalidade e fundou a organização *Jihad Watch* com o objetivo de alertar para esse suposto perigo. Nesses livros sublinha várias passagens do Corão que exaltam a guerra e o ódio para com os inimigos do Islão, ou a discriminação contra os cristãos e as mulheres, assim como as opiniões de teólogos que advogam a condenação à morte dos muçulmanos que se convertem a outra religião.

Penso que não podem certamente ser ignoradas, e devem ser combatidas com vigor, as violações da liberdade religiosa, e as perseguições aos cristãos, em países islâmicos.

Mas há, porém, outra perspectiva do Islão.

Podem também ser sublinhadas, com a mesma legitimidade,

passagens do Islão que exaltam a paz e a tolerância, de modo particular para com os judeus e cristãos. E também há teólogos reformistas (nem por isso menos convictos) que procuram superar a visão tradicional do texto corânico, contextualizando-o historicamente e adaptando-o à modernidade no respeito pela sua mensagem fundamental (sobre eles, pode ver-se a tradução portuguesa do livro de Rachid Benzine, *Os Novos Pensadores do Islão*, Tribuna, 2005). Foi a esta perspectiva do Islão, pacífica e tolerante, que se referiu João Paulo II como o “verdadeiro Islão” num célebre discurso que proferiu no Cazaquistão pouco tempo depois de 11 de setembro de 2001. E também o Pe. Christian de Chérgé, cujo assassinato, na Argélia, é retratado no filme “Dos homens e dos deuses”, no testamento em que prevê a sua morte em nome do que considera uma deturpação desse “verdadeiro Islão”.

É neste Islão que se revêem a maioria dos muçulmanos. Que se revêem aqueles teólogos, de várias tendências, que, no manifesto *A Common Word* (Uma Palavra em Comum), lançam uma proposta de diálogo com os cristãos em torno dos valores comuns de amor a Deus e ao próximo, e a que se refere eloquiosamente Bento XVI no livro-entrevista *Luz do Mundo* (tradução portuguesa da Lucerna, 2010). Ou os que participam nas iniciativas de diálogo da Comunidade de Santo Egidio e do Movimento dos Focolares. Ou os que são apresentados, como exemplos de empenho na paz e na solidariedade, no livro de Michele Zanzucchi *L’Islam che non fa paura* (O Islão que não mete medo), San Paolo, 2006.

Quanto à “invasão” muçulmana, deve salientar-se que o problema da Europa não está tanto em que nasçam crianças de famílias muçulmanas (sendo que também nestas vão nascendo cada vez menos), mas que nasçam muito poucas em famílias de origem europeia. Tal como não está – digo-o como cristão – no facto de as mesquitas se encherem, mas no de as igrejas se esvaziarem ou se transformarem em museus (quando não em restaurantes...).

Sobre esta questão, afirmou o Papa Francisco no discurso que deixou escrito quando visitou a Universidade *Roma Tre*, em 17 de fevereiro de 2017: “*Considerando que a primeira ameaça à cultura cristã da Europa vem precisamente do seio da Europa, o fechamento em si mesmos ou na própria cultura nunca é a solução para voltar a dar esperança e realizar uma renovação social e cultural. Uma cultura consolida-se através da abertura e do confronto com as outras culturas, desde que haja uma consciência clara e madura dos próprios princípios e valores*”. Na verdade, a perda da identidade cristã da Europa vem da sua própria infidelidade, não de uma qualquer “invasão”. E uma cultura forte não se perde no contacto com outras, antes com este se consolida e enriquece.

Mais ainda: a fidelidade às raízes cristãs da Europa e do Ocidente não é uma questão de retórica, ou de simples preservação de tradições, consolida-se com comportamentos coerentes com o ideal de fraternidade universal que está no centro da mensagem cristã: «*Não há judeu nem grego, escravo ou homem livre, homem ou mulher, porque vós sois um em Cristo Jesus*» (Gal 3, 28). E é, precisamente, a fidelidade a essa mensagem e a esse ideal que impõe o acolhimento de refugiados. Acolhimento que há quem recuse (o governo da Hungria, por exemplo) invocando a preservação da cultura cristã – o que me parece da maior incoerência.

Há quem considere que não é essa a única perspetiva do Islão, a do Islão pacífico e tolerante. Mas há boas razões para a colocar em relevo e enaltecer e encorajar os seus expoentes, como fizeram João Paulo II e Bento XVI e faz agora o Papa Francisco (que tem sido criticado por católicos por essa sua postura de abertura ao Islão, sendo que esses críticos esquecem que essa postura também foi adotada por João Paulo II e Bento XVI).

É que, como disse de início, a globalização e os fluxos migratórios são fenómenos incontornáveis que colocam lado a lado, inevitavelmente, pessoas de cultura cristã ou ocidental e islâmica. Tudo o que possa favorecer a construção de pontes entre estas só pode favorecer a paz e a harmonia das nossas sociedades europeias e do mundo em geral.

Nesta linha, parece-me de sublinhar, pela sua importância e pelo seu alcance histórico, o *Documento sobre a Fraternidade em prol da Paz Mundial e da Convivência Comum* assinado pelo Papa Francisco e pela máxima autoridade do Islão sunita (não equiparável, porém, à autoridade do Papa na Igreja Católica), o Grande Imã da universidade Al-Azhar, Ahmad Al-Tayyeb, em Abu Dhabi, a 4 de fevereiro de 2019.

Entretanto, este documento tem recebido apoios de vários organismos muçulmanos, como o Conselho Europeu dos Sábios Muçulmanos, a que pertence o xeque David Munir, da Comunidade Islâmica portuguesa.

Vou, pois, deter-me na análise do seu conteúdo.

Começa por afirmar:

*“A fé leva o crente a ver no outro um irmão que se deve apoiar e amar. Da fé em Deus, que criou o universo, as criaturas e todos os seres humanos – iguais pela Sua Misericórdia –, o crente é chamado a expressar esta fraternidade humana, salvaguardando a criação e todo o universo e apoiando todas as pessoas, especialmente as mais necessitadas e pobres.”*

E afirma, se seguida:

*“Nós, embora reconhecendo os passos positivos que a nossa civilização moderna tem feito nos campos da ciência, da tecnologia, da medicina, da indústria e do bem-estar, particularmente nos países desenvolvidos, ressaltamos que, juntamente com tais progressos históricos, grandes e apreciados, se verifica uma deterioração da ética, que condiciona a atividade internacional, e um enfraquecimento dos valores espirituais e do sentido de responsabilidade. Tudo isto contribui para disseminar uma sensação geral de frustração, solidão e desespero, levando muitos a cair na voragem do extremismo ateu e agnóstico ou então no integralismo religioso, no extremismo e no fundamentalismo cego, arrastando assim outras pessoas a render-se a formas de dependência e autodestruição individual e coletiva.”*

*“A história afirma que o extremismo religioso e nacional e a intolerância geraram no mundo, quer no Ocidente quer no Oriente, aquilo que se poderia chamar os sinais duma “terceira guerra mundial aos pedaços”; sinais que, em várias partes do mundo e em diferentes condições trágicas, começaram a mostrar o seu rosto cruel; situações de que não se sabe exatamente quantas vítimas, viúvas e órfãos produziram. Além disso, existem outras áreas que se preparam a tornar-se palco de novos conflitos, onde nascem focos de tensão e se acumulam armas e munições, numa situação mundial dominada pela incerteza, pela decepção e pelo medo do futuro e controlada por míopes interesses económicos.”*

*“Afirmamos igualmente que as graves crises políticas, a injustiça e a falta duma distribuição equitativa dos recursos naturais – dos quais beneficia apenas uma minoria de ricos, em detrimento da maioria dos povos da terra – geraram, e continuam a fazê-lo, enormes quantidades de doentes, necessitados e mortos, causando crises letais de que são vítimas vários países, não obstante as riquezas naturais e os recursos das gerações jovens que os caracterizam. A respeito de tais crises que fazem morrer à fome milhões de crianças, já reduzidas a esqueletos humanos por causa da pobreza e da fome, reina um inaceitável silêncio internacional.”*

Diz-nos este documento, a respeito da relação entre a religião e a violência:

*“(…) as religiões nunca incitam à guerra e não solicitam sentimentos de ódio, hostilidade, extremismo, nem convidam à violência ou ao derramamento de sangue. Estas calamidades são fruto de desvio dos ensinamentos religiosos, do uso político das religiões e também das interpretações de grupos de homens de religião que abusaram – nalgumas fases da história – da influência do sentimento religioso sobre os corações*

*dos homens para os levar à realização daquilo que não tem nada a ver com a verdade da religião, para alcançar fins políticos e económicos mundanos e míopes. Por isso, pedimos a todos que cessem de instrumentalizar as religiões para incitar ao ódio, à violência, ao extremismo e ao fanatismo cego e deixem de usar o nome de Deus para justificar atos de homicídio, de exílio, de terrorismo e de opressão. Pedimo-lo pela nossa fé comum em Deus, que não criou os homens para ser assassinados ou lutar uns com os outros, nem para ser torturados ou humilhados na sua vida e na sua existência. Com efeito Deus, o Todo-Poderoso, não precisa de ser defendido por ninguém e não quer que o Seu nome seja usado para aterrorizar as pessoas.”*

Afirma, por outro lado, este documento que *“entre as causas mais importantes da crise do mundo moderno, se contam uma consciência humana anestesiada e o afastamento dos valores religiosos, bem como o predomínio do individualismo e das filosofias materialistas que divinizam o homem e colocam os valores mundanos e materiais no lugar dos princípios supremos e transcendentos”.*

Afirma este documento o valor da liberdade religiosa, rejeitando *“o facto de forçar as pessoas a aderir a uma determinada religião”* (o que – não podemos esquecer – sucede em países onde são punidas as conversões do Islão ao cristianismo).

E sobre o tratamento das minorias religiosas (como são os cristãos em países de tradição islâmica): *“O conceito de cidadania baseia-se na igualdade dos direitos e dos deveres, sob cuja sombra todos gozam da justiça. Por isso, é necessário empenhar-se por estabelecer nas nossas sociedades o conceito de cidadania plena e renunciar ao uso discriminatório do termo minorias, que traz consigo as sementes de se sentir isolado e da inferioridade; isto prepara o terreno para as hostilidades e a discórdia e subtrai as conquistas e os direitos religiosos e civis de alguns cidadãos, discriminando-os.”*

Afirma este documento valores como o da vida como um dom *“que ninguém tem o direito de tirar, ameaçar ou manipular a seu bel-prazer”,* que todos devem preservar *“desde o seu início até à morte natural”.* Por isso, condena *“todas as práticas que ameaçam a vida, como os genocídios, os atos terroristas, os deslocamentos forçados, o tráfico de órgãos humanos, o aborto e a eutanásia e as políticas que apoiam tudo isto.”*

E afirma a respeito do terrorismo: *“O terrorismo execrável que ameaça a segurança das pessoas, tanto no Oriente como no Ocidente, tanto no Norte como no*

*Sul, espalhando pânico, terror e pessimismo não se deve à religião – embora os terroristas a instrumentalizem – mas tem origem no cúmulo de interpretações erradas dos textos religiosos, nas políticas de fome, de pobreza, de injustiça, de opressão, de arrogância; por isso, é necessário interromper o apoio aos movimentos terroristas através do fornecimento de dinheiro, de armas, de planos ou justificações e também a cobertura mediática, e considerar tudo isto como crimes internacionais que ameaçam a segurança e a paz mundial. É preciso condenar tal terrorismo em todas as suas formas e manifestações.”*

Afirma também este documento o valor da família *“como núcleo fundamental da sociedade e da humanidade, para dar à luz filhos, criá-los, educá-los, proporcionar-lhes uma moral sólida e a proteção familiar”.* Por isso, atacar *“a instituição familiar, desprezando-a ou duvidando da importância de seu papel, constitui um dos males mais perigosos do nosso tempo.”*

Sobre a mulher e os seus direitos (nem sempre reconhecidos em países de tradição islâmica, mas também, de outra forma, em países europeus e ocidentais), afirma o documento: *“É uma necessidade indispensável reconhecer o direito da mulher à instrução, ao trabalho, ao exercício dos seus direitos políticos. Além disso, deve-se trabalhar para libertá-la das pressões históricas e sociais contrárias aos princípios da própria fé e da própria dignidade. Também é necessário protegê-la da exploração sexual e de a tratar como mercadoria ou meio de prazer ou de ganho económico. Por isso, devem-se interromper todas as práticas desumanas e os costumes triviais que humilham a dignidade da mulher e trabalhar para modificar as leis que impedem as mulheres de gozarem plenamente dos seus direitos.”*

Quanto ao relacionamento entre o Ocidente e o Oriente, diz o documento:

*“O relacionamento entre Ocidente e Oriente é uma necessidade mútua indiscutível, que não pode ser comutada nem transcurada, para que ambos se possam enriquecer mutuamente com a civilização do outro através da troca e do diálogo das culturas. O Ocidente poderia encontrar na civilização do Oriente remédios para algumas das suas doenças espirituais e religiosas causadas pelo domínio do materialismo. E o Oriente poderia encontrar na civilização do Ocidente tantos elementos que o podem ajudar a salvar-se da fragilidade, da divisão, do conflito e do declínio científico, técnico e cultural. É importante prestar atenção às diferenças religiosas, culturais e históricas que são uma componente essencial na formação da personalidade, da cultura e da civilização oriental; e é importante consolidar os direitos humanos gerais e comuns, para ajudar a garantir uma vida digna para todos os homens*



## ACOLHER, RESPEITAR: AS MIGRAÇÕES E AS RELIGIÕES, NUM PERCURSO DA ANTIGUIDADE AO OLIMPISMO

Paulo Mendes Pinto

Diretor do Departamento de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona

*no Oriente e no Ocidente, evitando o uso da política de duas medidas.”*

As culturas do Ocidente e do Oriente não têm, pois, que entrar em conflito, podem enriquecer-se mutuamente. Parece-me que este *Documento sobre a Fraternidade em prol da Paz Mundial e da Convivência Comum* é uma eloquente resposta à tese da inevitabilidade do *conflito de civilizações*. Mostra que a história conflitual do passado não tem necessariamente de repetir-se no futuro.

E é também uma eloquente resposta à tese de que as religiões são necessariamente um fator de divisão, conflito e até violência. Que tenha sido assim em muitas ocasiões, por terem sido incorretamente interpretadas ou por terem sido abusivamente instrumentalizadas para fins que lhes são alheios, não significa que tenham de ser necessariamente assim.

Os seus signatários, o Papa Francisco e o Grande Imã da universidade Al-Azhar, Ahmad Al-Tayyeb, não querem que ele seja mais um documento isolado e inconsequente. Afirmam:

*“(…) a Igreja Católica e a Al-Azhar anunciam e prometem levar este Documento às Autoridades, aos Líderes influentes, aos homens de religião do mundo inteiro, às organizações regionais e internacionais competentes, às organizações da sociedade civil, às instituições religiosas e aos líderes do pensamento; e empenhar-se na divulgação dos princípios desta Declaração em todos os níveis regionais e internacionais, solicitando que se traduzam em políticas, decisões, textos legislativos, programas de estudo e materiais de comunicação.*

*Al-Azhar e a Igreja Católica pedem que este Documento se torne objeto de pesquisa e reflexão em todas as escolas, nas universidades e nos institutos de educação e formação, a fim de contribuir para criar novas gerações que levem o bem e a paz e defendam por todo o lado o direito dos oprimidos e dos marginalizados.”*

Entretanto, foi criada uma comissão, composta por representantes de ambas as partes signatárias, para implementar os apelos do documento.

Na verdade, há que fazer tudo para que ela tenha repercussão prática, pois, como disse a propósito o Papa Francisco, *“ou construímos juntos o futuro, ou não haverá futuro”*.

Vivemos tempos conturbados, tempos de populismos, tempos em que nos interessa regressar ao essencial, ao que é constitutivo da nossa cultura, ao que é inalienável, não apenas porque se trata de valores a que damos um espaço mental supero, mas porque são trajetórias de longa duração que nos formataram naquilo que somos.

Centrando-me no que eu gostaria de vos trazer em termos de reflexão, começo com um texto e terminarei com outro texto, ambas imagens de um imenso humanismo onde acho que nos integramos como herança e, assim, onde fomos buscar parte importante do nosso *ADN*. Começo por visitar um texto, um trecho da *Odisseia* de Homero, mais ou menos da época em que os Jogos Olímpicos foram instituídos na Grécia Antiga, no muito distante século VIII a.C.

Nesse trecho, Homero refere-se a uma ilha, que se calhar é uma utopia, a ilha dos Feaces, onde Ulisses vai aportar completamente exausto, sem nada à sua frente de esperança, qual refugiado vai ter a uma praia. Ao acordar nessa praia, Ulisses vai pedir refúgio, asilo, no palácio do rei dessa ilha, o rei Alcinoos<sup>1</sup>.

Em primeiro lugar vai-lhe ser dado acolhimento, vai-lhe ser dado alimento, vai-lhe ser dado banho, vai-lhe ser dada roupa, vai-lhe ser dada dignidade, e no fim perguntam quem é. A ordem dos fatores aqui não é nada arbitrária e a Cultura Clássica tem muito este aspeto, repetido imensas vezes, na própria *Odisseia*, em que os deveres da hospitalidade são, os aspetos que diferenciam o selvagem do civilizado. Afirmo Ulisses, quando chega a essas praias:

*Ai de mim, a que terra de homens mortais chego de novo? Serão eles homens violentos, selvagens e injustos? Ou serão dados à hospitalidade e tementes aos deuses?*<sup>2</sup>.

Primeiro alimenta-se e dá-se roupa, a seguir pergunta-se quem é e porque está ali. Estes deveres de hospitalidade que marcam a ideia de civilização, como na afirmação de receio de Ulisses ao chegar à ilha dos Feaces. Mas mais longe a questão da hospitalidade nos pode levar: no canto VI da *Iliada*, também de Homero, uma das mais fortes batalhas na base das muralhas de Troia mostra-nos dois guerreiros a celebrar umas inesperadas tréguas por se terem reconhecido com laços de hospitalidade:

*Por essa antiga amizade, és meu hóspede em Argos, ao passo que me farás grato hospício se um dia eu chegar até a Lícia. Cumpre, portanto, que, em meio da pugna, um ao outro poupemos.*

Glauco e Diomedes, encontram-se na luta, reconhecem-se e reforçam os seus laços, não apenas deixando de lutar, mas trocando de armaduras, como que vestindo a pele um do outro. Despedem-se amigavelmente, apesar de serem inimigos nesse campo de batalha onde se encontraram<sup>3</sup>.

Mas os deveres de hospitalidade encontramos no mundo clássico, mas também os podemos encontrar no mundo bíblico. É muito interessante a forma como no Antigo Testamento três anjos vão visitar Abraão, mas criam como que uma prova que o Patriarca tem de superar: eles não vão dizer quem são, não se apesentam:

*Depois apareceu-lhe o Senhor nos carvalhais de Manre, estando ele assentado à porta da tenda, no calor do dia, E levantou os seus olhos, e olhou, e eis três homens em pé junto a ele. E vendo-os, correu da porta da tenda ao seu encontro e inclinou-se à terra, E disse: Meu Senhor, se agora tenho achado graça aos teus olhos, rogo-te que não passes de teu servo. Que se traga já um pouco de água, e lavei os vossos pés, e recostai-vos debaixo desta árvore; E trarei um bocado de pão, para que esforceis o vosso coração; depois passareis adiante, porquanto por isso chegastes até vosso servo*<sup>4</sup>.

Surgem, recebem esses deveres de hospitalidade e no fim depois de terem sido acolhidos, de terem sido alimentados, vão dizer “ao que vêm”, transmitem a mensagem. O próprio Cristianismo, uns bons séculos depois, irá reinterpretar esta ideia na Carta aos Hebreus: “Não vos esqueçais da hospitalidade, porque por ela alguns não sabendo, hospedam anjos”<sup>5</sup>.

E esta ideia de hospitalidade como um ato que se faz sem se perguntar a quem se faz, vai ficar muito forte na nossa cultura ocidental, na nossa cultura mediterrânica: “Faça o Bem Sem Olhar a Quem”, dizemos valorizando a caridade e a solidariedade. Mas há o reverso da medalha, o lado menos humano.

Não nos podemos esquecer que ao mesmo tempo o mundo

<sup>1</sup> Homero, *Odisseia*. Tradução ed Frederico Lourenço, Lisboa, Quetzal, Canto VII, vv. 159 ss (pp. 120-121).

<sup>2</sup> Idem, *ibidem*, Canto VI, vv. 119-121 (p. 109).

<sup>3</sup> Veja-se Mónica Silva de Freitas, “A hospitalidade em Homero”, *Itaca* 27 (2014), pp. 33-42.

<sup>4</sup> Gen 18: 1-5.

<sup>5</sup> Heb 13: 2.

grego que lê Homero e que lê aquela bela passagem que Ulisses é acolhido daquela forma tão humana, esse mesmo mundo grego tem como uma das penas mais brutais em muitas cidades, o ostracismo – o ato de colocar um cidadão fora da sua cidade. É uma das penas mais brutais que podemos encontrar espelhada, por exemplo, na improvável frase atribuída a Sócrates: “Não sou nem ateniense, nem grego, mas sim um cidadão do mundo” – ser cidadão de uma cidade conferia direitos nessa cidade, apenas, o que confere um grau de quase impossibilidade de esta frase de um cidadão ateniense do séc. V a.C. Em qualquer outra cidade era-se estrangeiro, com tudo o que de negativo isso poderia implicar, isto é, a inexistência de direitos. E a questão do estrangeiro, de facto, é uma dimensão fundamental, no acolhimento, na hospitalidade, ou se quisermos passar diretamente para a questão da escravatura. Na Comédia grega, a figura do estrangeiro é mesmo um tópico fundamental na criação de ambientes negativos face ao “outro”<sup>6</sup>.

Na Grécia é claríssimo que o estrangeiro é um potencial escravo. O estrangeiro, em especial através da guerra, facilmente é um candidato a escravo em qualquer cidade. E o mesmo encontramos, por exemplo, no mundo semita em vários códigos legais. Mas podemos encontrá-lo no texto bíblico, no Levítico, em que a escravatura é uma condição que facilmente se atribui ao estrangeiro. O estrangeiro pode ser um escravo. Faz-se uma diferenciação muito facilmente entre o que não pertence à tribo, ao grupo, à cidade e o facto de ele poder através da guerra ser transformado em escravo.

*E quanto a teu escravo ou a tua escrava que tiveres, serão das nações que estão ao redor de vós; deles comprareis escravos e escravas.*

*Também os comprareis dos filhos dos forasteiros que peregrinam entre vós, deles e das suas famílias que estiverem convosco, que tiverem gerado na vossa terra; e vos serão por possessão*<sup>7</sup>.

O próprio Cristianismo nascente vai trabalhar esta ideia e vai, se quisermos, matizar duas posturas que vão fazer história ao longo dos dois milénios seguintes, até nós. Por um lado, uma através de uma frase da Carta aos Gálatas: “Não há judeu, nem grego, nem escravo, nem homem livre, nem homem, nem mulher, pois todos são um em Cristo Jesus”<sup>8</sup>

– uma abolição, “em tese”, de tudo o que é escravatura, uma total igualdade entre homem e mulher, escravo e homem livre. Por outro, a realidade de uma economia que se funda e se alimenta de uma fatia muito grande de trabalho escravo, evoluindo para conceitos racistas que a vão perpetuar quase até ao nosso tempo.

A verdade é que a sociedade grega e romana, a que consegue construir estas ideias teológicas e filosóficas tão interessantes, não as aplica. A sociedade será substancialmente diferente. Por exemplo, na cidade de Esparta a prova principal para que o jovem adulto se tornasse, de facto, adulto e pudesse ingressar no exército, afirmando plenamente o seu direito de cidadania, podendo defender a sua cidade, consistia numa prova, num ritual de passagem, a *Krypteia*: Plutarco, na *Vida de Licurgo de Esparta*, descreve que, pela calada, pela noite, o jovem teria de matar um escravo que estivesse ao serviço da sua própria cidade. Matar um escravo era uma forma de afirmação da cidadania, uma cidadania demonstrada através de uma masculinidade e, acima de tudo, de uma natureza bélica da cidade<sup>9</sup>.

A essencialidade da escravatura na economia antiga encontra-se perfeitamente demonstrada no peso que mutos autores dão ao papel das religiões de mistérios, especialmente o Cristianismo, na subversão desse modelo. Aponta-se para os últimos três séculos do mundo romano (sécs. II a V d.C.) uma vitória das ideias de abandono da escravatura, sejam essas ideias cristãs ou estoicas. Muitos autores afirmam que há um efetivo decréscimo da escravatura, um peso cada vez menor da escravatura na economia, uma alteração radical na própria criação de riqueza, no uso do escavo como matéria prima quase gratuita. As ideias religiosas de igualdade e de fraternidade, as revoltas de escravos que semeavam o medo, e as alterações nas formas de exploração fundiárias levaram a uma redução imensa do uso de escravos e a um colapso do modelo económico, peça fundamental na decadência e queda do Império Romano<sup>10</sup>.

Para além da questão religiosa e de mentalidades, há a existência, pura e simples, de mão-de-obra. A partir de certo momento a expansão romana para, atinge a linha máxima do *limes*: os ditos povos bárbaros começam a fazer pressão e o estrangeiro que é potencialmente escravo, deixa de o ser porque deixa de

ser capturado. É o estrangeiro que passa a atacar Roma. O decréscimo da escravatura em Roma pode depender, em termos de causa, desta inevitabilidade, o quase desaparecimento de uma máquina de guerra de efetiva expansão e domínio de seres humanos.

Mas o mundo mediterrânico tem vários outros momentos significativos para esta problemática. O mundo islâmico, quando nasce no séc. VII d.C., vai seguir o sentido universalista, não do judaísmo, mas do cristianismo. É uma outra forma de relação com o estrangeiro. O judaísmo mantinha-se, tal como em grande medida se mantém hoje, bastante focado numa identidade significativamente fechada, uma fé que não procura a expansão, que não é proselitista, que é, acima de tudo, uma pertença familiar, herdada de mãe para filho, numa transmissão matrilinear. O Islão, longe de seguir essa mecânica de identidade, apesar de também ter uma origem tribal, vai buscar ao cristianismo uma dimensão universal da relação com o outro. O Islão vai dar alguns passos teóricos extremamente interessantes dos quais nós também somos herdeiros. Contudo, ao mesmo tempo vai manter uma sociedade muitas vezes economicamente a viver em torno da escravatura, especialmente na África Subsariana.

Por um lado, o texto corânico na Sura 9, *At Taubah* (O arrependimento), afirma que a escravatura, existindo, deverá ser abolida. Isto é, qualquer indivíduo que tenha um escravo, dando-lhe a liberdade, pratica um ato piedoso que será importante para a sua salvação final. Isto é, o dar a liberdade a um escravo é apontado como uma das principais molas para se obter o favor de Deus.

*As esmolas são tão-somente para os pobres, para os necessitados, para os funcionários empregados em sua administração, para aqueles cujos corações têm de ser conquistados, para a redenção dos escravos, para os endividados, para a causa de Deus e para o viajante; isso é um preceito emanado de Deus, porque é Sapiente, Prudentíssimo.*<sup>11</sup>

Este trecho do livro sagrado dos muçulmanos vai levar a que, em algumas épocas, algumas sociedades islâmicas quase reduzem a escravatura a zero. Mas ao mesmo tempo que isto acontece, muitas outras manterão, ao longo dos séculos, um convívio extremamente salutar a nível económico, com o usufruto

dessa possibilidade de trabalho, economicamente barato e em termos humanos degradante.

Por fim, gostava de nos conduzir mais para a nossa época, para questões que têm muito mais a ver com o nosso dia a dia, que nos tocam nas opções políticas que se tomam hoje. Gostava de pegar numa questão que ainda há pouco tempo foi muito referida nas nossas televisões e nos nossos jornais: as cidades-refúgio.

Temos uma tradição no ocidente, uma tradição que infelizmente se foi perdendo, uma tradição que começa com o próprio cristianismo, com a sacralidade do espaço da Igreja e, por isso, ser um espaço de refúgio. Um espaço onde não se pode entrar e onde se acolhe e onde a vida é, no fundo, garantida por mais que fora dela a morte reine.

As cidades-refúgio vão ser muito trabalhadas, seja em termos filosóficos, seja em termos políticos, nos EUA. Aquela que durante cerca de dois séculos foi a principal cidade americana, a cidade com maior dinâmica económica, Filadélfia, tem marcado no seu nome exatamente o centro da questão “o amor fraternal”. A cidade de Filadélfia foi fundada em 1682 por um grupo, podemos dizer, usando a linguagem de hoje, de refugiados, fundamentalmente religiosos, que procuravam um espaço neutro onde pudessem viver sem perseguições.

O nome plasma de forma perfeita qual é a intenção da criação desta cidade, que imediatamente em 1682 aboliu a pena de morte. Na cidade de Filadélfia não há pena de morte desde o início, isto é, desde o momento da sua fundação. Na cidade de Filadélfia é decretado imediatamente uma plena liberdade religiosa e, nessa cidade, em 1787 pouco depois da declaração da independência, será discutida pela primeira vez, sem resultados muito positivos, a questão da escravatura.

Da cidade de Filadélfia dá-nos abertura para trazer a este texto uma família que foi extremamente importante na cidade, no séc. XVIII. Trata-se de uma família de judeus portugueses, de cripto-judeus oriundos de Celorico da Beira, que em inícios do séc. XVIII saem de Celorico da Beira para ir em direção a Londres, passando por Lisboa. Pouco tempo depois, em 1723, já estão em Nova Iorque. Mudam-se para Filadélfia e aí encontram a plena liberdade religiosa que eles tanto ansiavam

<sup>6</sup> Veja-se Maria de Fátima Silva, “O Estrangeiro na Comédia Grega Antiga”, *HVMANITAS*, Vol. LI (1999) 23-48.

<sup>7</sup> Lev 25: 44-45.

<sup>8</sup> Gal 3:28.

<sup>9</sup> Brandon D. Ross, “Krypteia: A Form of Ancient Guerrilla Warfare”, *Grand Valley Journal of History*, Vol 1, Issue 2, Article 4, April 2012: <https://scholarworks.gvsu.edu/gvjh/vol1/iss2/4> (consultado a 23/12/2020).

<sup>10</sup> Na grande diacronia do Mundo Clássico, mas especialmente no que respeita à queda do Império Romano, muitos autores trataram esta problemática da dependência da economia antiga da escravatura. Veja-se, por exemplo, o clássico de Moses I. Finley, *The Ancient Economy*, um original de 1973.

<sup>11</sup> Alcorão, Sura 9, 60.

e por isso saíram de Celorico da Beira. Os Mendes Seixas! O nome desta família será fundamental na cidade de Filadélfia e na cidade de Nova Iorque. Estão na base de algumas instituições mais importantes desse país.

Uma descendente dessa família, dos Mendes Seixas, Emma Lazarus, é quem vai fazer o poema que está na base da Estátua da Liberdade. Diz o poema:

*Não como o gigante bronzeado de grega fama,  
Com pernas abertas e conquistadoras a abarcar a terra  
Aqui nos nossos portões banhados pelo mar e dourados  
pelo sol, se erguerá  
Uma mulher poderosa, com uma tocha cuja chama  
É o relâmpago aprisionado e seu nome  
Mãe dos Exílios. Do farol de sua mão  
Brilha um acolhedor abraço universal; Os seus suaves olhos  
Comandam o porto unido por pontes que enquadram  
cidades gémeas.  
“Mantenhão antigas terras sua pompa histórica!” grita ela  
Com lábios silenciosos “Dai-me os seus fatigados, os seus  
pobres,  
As suas massas encurraladas ansiosas por respirar liberdade  
O miserável refugio das suas costas apinhadas.  
Mandai-me os sem abrigo, os arremessados pelas  
tempestades,  
Pois eu ergo o meu farol junto ao portal dourado.”*

E é este o contexto. Este poema é de 1883, e é este o contexto do nascimento do olimpismo moderno. É exatamente o contexto e os desafios da mesma época são os mesmos desafios que temos hoje. Os desafios, se quisermos, de supranacionalismos que afirmem a dignidade do ser humano, quanto mais não seja, naquilo que mais básico a fraternidade nos pode dar. Isto é a dimensão do encontro físico, a dimensão da base daquilo em que todos somos iguais em termos fisiológicos, o sermos da mesma espécie.

## EL EQUIPO OLÍMPICO DE REFUGIADOS Y SU EFECTO EN EL APOYO GLOBAL PARA LOS DEPORTISTAS REFUGIADOS

Gonzalo Barrio

Jefe de proyectos de Solidaridad Olímpica y responsable del programa de ayuda a atletas refugiados

En septiembre 2015, en medio de la mayor crisis de refugiados en Europa en los pasados 20 años, el presidente del Comité Olímpico internacional, Thomas Bach, anunció en la Asamblea General de la ONU que los mejores atletas refugiados de todo el mundo sin país que representar podrán competir en los Juegos Olímpicos de Río 2016, gracias a la creación del primer equipo Olímpico de Atletas Refugiados.

Menos de uno año después, y gracias a la colaboración con el ACNUR (La Agencia de la ONU para los Refugiados), varios Comités Olímpicos Nacionales y federaciones deportivas internacionales, 10 atletas refugiados provenientes de Siria, Etiopía, RD Congo y Sud Sudan participaron en los Juegos Olímpicos de Río 2016 representando a los 65 millones de desplazados internos, refugiados y solicitantes de asilo.

El recibimiento del pueblo brasileño fue espectacular y en todo momento se sintieron apoyados por los espectadores. Cabe destacar la aparición del equipo en la ceremonia de apertura, justo antes de los anfitriones brasileños, cuando fueron recibidos con una de las ovaciones más ruidosas jamás vistas en una ceremonia de apertura de los Juegos Olímpicos.

En Río los atletas demostraron su capacidad de adaptabilidad y superación. Ninguno de ellos había competido a ese nivel, en frente de tantos espectadores y con tanta atención mediática (recibimos miles de solicitudes de entrevista) pero casi todos superaron su mejor marca personal en sus eventos respectivos.

La ceremonia de clausura fue un adiós apropiado a su experiencia olímpica. No había nacionalidades, no había fronteras entre ellos; todos los atletas entraron juntos al estadio. Esto ejemplificó mejor que cualquier otra cosa, de qué se trataba el equipo olímpico de refugiados. Un equipo temporal para los atletas que lo componen, que les permite participar en los Juegos Olímpicos y cumplir sus sueños, pero que sobre todo sirve de plataforma para su integración en su país de acogida. El objetivo es que en el futuro, todos puedan representar a su nuevo país en competiciones internacionales. Como dijo Thomas Bach, presidente del COI: “En un mundo ideal, no necesitaríamos tener un equipo de refugiados en los Juegos Olímpicos.”

A finales de 2016, el COI anunció la creación de un programa específico de ayuda a atletas refugiados a partir del 1 de enero 2017. La primera solicitud para este programa vino del Comité Olímpico Portugués, que siempre ha destacado en su ayuda a atletas refugiados. El COI también apoyó a muchas federaciones internacionales para que cambien sus estatutos

y permitan la participación de atletas refugiados en sus competiciones internacionales. Solo en el año 2019, los atletas refugiados participaron en el mundial de atletismo, natación y taekwondo, entre otros. Hoy, el COI apoya a 51 atletas refugiados y todos ellos tienen posibilidades de integrar el equipo Olímpico de atletas refugiados de Tokyo 2020.

La Pandemia de COVID-19 ha aplazado los Juegos Olímpicos a este año 2021, y nuestros becarios, como todos los otros atletas, han tenido que ser ingeniosos para seguir entrenándose este último año. Con un grupo tan competitivo (algunos atletas están en el top 5 mundial), solo unos pocos serán seleccionados para participar en los Juegos Olímpicos de Tokyo pero todos ellos seguirán siendo apoyados por el COI. Ellos son la demostración de la capacidad de superación del ser humano y que, a pesar de las dificultades, no hay nada que no se pueda conseguir con trabajo duro y pasión. Como dijo uno de los atletas que apoyamos, la única diferencia entre un refugiado y un ciudadano común es la historia de su casa.

## VIVER O DESPORTO – ABRAÇAR O FUTURO

Maria Machado

Gestora de projeto, Comité Olímpico de Portugal

### Viver o Desporto – Abraçar o Futuro

É um programa social que utiliza o desporto como meio de abrir caminho a uma nova vida para refugiados radicados em Portugal, através de um vasto leque de atividades e projetos desportivos que envolvem experiências com as comunidades locais.

Integrando estas atividades num plano de ação abrangente, o Comité Olímpico de Portugal (COP) pretende mostrar como o desporto pode ser uma ferramenta poderosa para combater todas as formas de discriminação e proporcionar um futuro melhor a quem espera começar uma vida nova longe de casa.

Continuamos a manter o foco nos objetivos propostos: (1) Promover a coesão e inclusão social dos refugiados através do desporto; (2) Dar oportunidades para uma carreira desportiva; e (3) Fortalecer a defesa e a conscientização em torno do desporto e do exercício físico como uma ferramenta de capacitação social, utilizando uma abordagem holística por meio do conhecimento e da capacidade de otimizar os recursos disponíveis para ajudar todas as pessoas que procuram proteção sob a Lei de Asilo.

### Viver o Desporto

A política portuguesa promove um modelo de acolhimento geográfico disperso para refugiados, abrangendo todo o território nacional, pelo que construímos uma equipa colaborativa para facilitar uma resposta atempada com vista a uma melhor integração do refugiado, pessoa e/ou família, nas atividades desportivas da comunidade.

Aprofundámos as parcerias com o Governo Português através do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), e organizações civis, nomeadamente o Conselho Português para os Refugiados (CPR), a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) e o Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na Cidade de Lisboa (PMAR-LX). O objetivo é entrar em contacto com todos aqueles que solicitaram proteção internacional no nosso país.

Baseados nos princípios universais do Movimento Olímpico, foi possível criar planos de ação com o objetivo de potenciar o desporto como mais-valia e motor fundamental no processo de integração social de quem necessita de proteção internacional. Temos aperfeiçoado um procedimento de avaliação regular e sistemático para agilizar soluções que permitam o rápido acesso dos refugiados ao desporto.

Por meio de um questionário *online*, as equipas locais das Instituições de Acolhimento (IA) identificam as melhores opções de prática desportiva e necessidades de equipamento para os

recém-chegados, permitindo-nos adquirir rapidamente equipamentos desportivos personalizados, disponibilizar materiais desportivos para equipar os centros de acolhimento e encontrar parceiros para ajudarem na integração nas atividades desportivas escolhidas.

Desde o início do programa, o COP proporcionou oportunidades de prática desportiva a mais de um milhão de refugiados. Destes, 52,9% eram menores de 18 anos e 27,6% eram mulheres. As modalidades preferidas têm sido o futebol/futsal (43,8%), corrida (24,8%), ciclismo (13,3%), ginástica (13,3%), basquetebol (3,3%), voleibol (1,4%) e outros (1,5%). Devido, em muitos casos, à experiência traumática com a água, criamos condições para que 52% dos recém-chegados pudessem aprender, ou melhorar a adaptação ao meio aquático.

Com base no questionário online, o COP preparou uma mochila de boas-vindas individualizada inspirada na campanha do *International Rescue Committee*: “E se fosse eu? Fazer a mochila e Partir”. Esta mochila de boas-vindas, ao contrário da que trouxeram na fuga, contém uma mensagem encorajadora (traduzida na sua língua natal) e o equipamento básico para iniciar a modalidade desportiva que desejam praticar. Na maioria das vezes, é o primeiro passo para uma nova vida cheia de esperança e paz.

Na Área Metropolitana de Lisboa, existem quatro centros de acolhimento temporário para refugiados: dois com capacidade para 90 residentes, um com capacidade para 30 residentes e um para cerca de 26 adolescentes. Como muitos residentes, jovens e adultos, praticavam desporto nos seus países de origem, apetrechámos essas instalações com equipamentos desportivos tais como bolas variadas, raquetes, tapetes de ioga ou bicicletas para facilitar a atividade desportiva nesses centros.

Usamos o Programa de Educação Olímpica com o objetivo de disseminar os Valores Olímpicos – Amizade, Respeito e Excelência – como forma de capacitar jovens e adultos refugiados a serem mais ativos e socialmente empenhados, inculcando os princípios-chave do Movimento Olímpico. São convidados a experimentar algumas modalidades olímpicas com a ajuda de um embaixador-atleta Olímpico, que partilha a sua própria história de vida e qual o papel do desporto na superação dos desafios sociais e pessoais ao longo de suas carreiras. A título de exemplo, Joaquim Videira organiza sessões de esgrima incentivando-os a experimentar a sensação de viver o sonho Olímpico e a pensar como o desporto pode ser um fator-chave para mudar vidas. Para ampliarmos o acesso às atividades físicas promotoras da saúde, aprofundámos parcerias com os municípios onde os refugiados vivem, federações desportivas, clubes



e outras instituições desportivas, implicando o maior número de interessados e impulsionando os esforços para envolver os seus recursos, a fim de reduzir os custos do projeto e realizar ações de responsabilidade social e corporativa. Segundo a informação recebida das IAs e dos próprios beneficiários, o início das atividades desportivas tem sido o primeiro sinal de uma mudança na integração, pois contactam com os vizinhos, interessam-se por aprender a língua e fazem uma atividade que lhes dá prazer, evidenciando a importância estratégica do desporto na futura fundação de uma sociedade multicultural, alicerçada nos Valores Olímpicos fundamentais de Respeito, Amizade e Excelência.

Um resultado semelhante foi também observado no envolvimento das mulheres, demonstrando um aumento da sua participação em atividades sociais e desportivas. Com a ajuda dos parceiros, temos conseguido identificar as necessidades e limitações das mulheres e das meninas refugiadas para projetar contextos desportivos adequados, destinados à sua emancipação e empoderamento, mostrando, por exemplo, que uma mulher pode ter um papel ativo na sociedade.

Além da prática desportiva, promovemos, com o apoio de parceiros, a participação em grandes eventos desportivos, como a assistência a jogos da Seleção Nacional de Futebol ou a jogos dos clubes mais populares de Portugal. A vivência como adepto tem sido fundamental porque se trata de um momento de festa. Os momentos de celebração quebram a monotonia do quotidiano e criam memórias alegres, fundamentais para o (difícil) processo de enraizamento no novo país. Parece apenas mais um jogo de futebol, mas faz as pessoas sentirem-se felizes e bem-vindas.

Também são proporcionadas visitas a museus e estádios dos principais clubes nacionais, tendo ainda a possibilidade de convívio com jogadores profissionais e outros atletas de elite. Os sentimentos de união e afiliação com outras pessoas são importantes para o seu bem-estar e ajudam a construir uma comunidade.

As oportunidades de confraternizarem com as equipas nacionais têm sido experiências extraordinárias para os jovens que querem “fazer parte” e sentir-se bem-sucedidos na identificação com os sucessos da equipa.

A forte ligação aos parceiros do COP permite frequentes convites para outros eventos, de comemorações de dias especiais como o almoço de Natal, jantar de Páscoa, Dia Internacional da Criança, reforçando significativamente a inclusão.

O potencial de inclusão de atividades e eventos desportivos que atingem uma pluralidade de pessoas, independentemente

da sua origem social e económica ou da sua religião, credo ou convicções políticas, é uma ferramenta poderosa com um impacto positivo real sobre os habitantes locais e refugiados, facilitando a sua integração. Conforme referido anteriormente, a política portuguesa promove um modelo de acolhimento e integração geograficamente disperso, pelo que é muito importante continuar a incentivar a participação em grandes eventos capazes de promover a integração.

Da mesma forma, o facto de oferecermos bicicletas e respetivos equipamentos de segurança para estimular a mobilidade ativa ajuda as pessoas a manterem-se em forma e também para alcançar os diversos recursos que a comunidade tem a oferecer.

### Abraçar o Futuro

Viver o Desporto – Abraçar o Futuro é um programa de base que também permite identificar talentos desportivos de forma a integrá-los no sistema competitivo.

Muitos dos jovens refugiados, tal como os portugueses, sonham em jogar futebol num grande clube nacional e, tal como acontece com os jovens jogadores portugueses, é difícil conseguir um lugar nas primeiras equipas. Ainda assim, alguns estão a competir em equipas de âmbito regional e distrital.

Apesar das reservas de algumas das raparigas na prática de desportos competitivos, temos registo em equipas de andebol, rãguebi e atletismo, e todas as jovens em idade escolar praticam desporto nas suas escolas.

Combinar a dupla carreira de atleta e de estudante não é tarefa fácil. Apesar dessa dificuldade, para os jovens refugiados acaba por ser uma forma mais rápida de integração. É a oportunidade de ser incluído e protegido – melhorar, fortalecer e prosperar. É também uma oportunidade de desenvolver habilidades para a vida e lidar com os riscos de proteção específicos que enfrentam num ambiente alegre e seguro.

Dos cerca de 100 jovens identificados pelo nosso programa de base Viver o Desporto – Abraçar o Futuro com destacadas aptidões desportivas, dois deles, um no atletismo e outro no boxe, conquistaram a Bolsa Solidária Olímpica, que lhes permite o acesso ao Programa de Preparação Olímpica com vista à participação nos Jogos Tóquio 2020 integrando a Equipa Olímpica de Refugiados. Com a mesma coragem e persistência que os trouxe até nós, agora em Portugal, o velocista Dorian Keletela (n.1999, Congo) e o pugilista Farid Walizadeh (n.1997, Afeganistão) treinam arduamente para realizarem os seus sonhos.

A coragem e resiliência destes protagonistas de histórias de vidas difíceis marcadas pela superação revelam-nos como o desporto mudou as suas vidas e como através dele conseguem energia para contrariar as adversidades e continuar a lutar para construir o seu futuro.

A luta destes jovens é a inspiração e o desafio para a necessidade de mobilizarmos vontades, abrir os braços e os sorrisos, descobrir recursos e meios que poderão estar à espera de ser mobilizados. Continuar a intervir com ações reais, convocando todos para criar oportunidades de recomeçar, encontrando na comunidade os parceiros que nas suas áreas de intervenção possam contribuir, sem impor, para que cada jovem possa construir o seu projeto de vida.

Portugal continua a responder aos apelos internacionais, recebendo pessoas de diferentes latitudes culturais e também de países que, ainda há alguns anos, eram vistos como acolhedores. Para acolher, é preciso entender o fenómeno nas várias dimensões e por isso é tão importante o debate que hoje estamos a realizar: conhecer o contexto histórico, político e religioso dos refugiados, levantando questões que são evidenciadas pelos especialistas e, também, ouvir os testemunhos de autênticas transcendências sociais, como a do nosso atleta-refugiado Farid Walizadeh que sonha ser Campeão Olímpico.



## O MEU SONHO OLÍMPICO

Farid Walizadeh  
Atleta-refugiado em preparação para Tóquio 2020

Quem sou eu?

Qual é o meu sonho?

O que é que as Olimpíadas significam para mim?

As respostas a estas perguntas precisam de uma consideração mais profunda. Em 2016, os refugiados receberam seu lugar na maior celebração Olímpica pela primeira vez na história. Como representante da segunda geração de refugiados que vão lutar pelos seus sonhos, é difícil descrever a honra que a bandeira branca com os Anéis Olímpicos representa para mim. Incorporar o grupo que caminha sob a Bandeira Branca não representa apenas o não alinhamento com os países do mundo, mas também representa uma luta de séculos, durante a qual os refugiados lutam por si e pela sociedade, cada um a seu modo.

O meu nome é Farid Walizadeh e sou atleta bolsheiro refugiado. A minha jornada começou no Afeganistão. Aos 7 anos, fui forçado a deixar o meu ambiente familiar e substituí-lo por um futuro incerto. Atravessei muitos países e finalmente desembarquei na Turquia. Queria um futuro melhor e segurança para mim, pois afinal fui deixado sozinho.

Comecei a minha vida em Portugal com um ato internacional de solidariedade. Por meio do desporto, desde muito jovem, sempre libertei minha raiva e acalmei um forte sentimento de injustiça. O desporto, no meu caso o boxe, sempre me acompanhou fielmente e me ajudou a superar o meu passado sombrio e os meus traumas.

Ousar sonhar!

Repito para mim mesmo todos os dias. Muitos dos refugiados não se atrevem a visualizar ou realizar seus sonhos, pois passam a maior parte do tempo a lidar com a sobrevivência e a integração. Eu considero-me uma pessoa extremamente independente e orgulhosa, que viu e entendeu o que significa viver em paz. E por esse bem-estar estou disposto a dar tudo de mim. Sem dúvida, sinto pressão para me apresentar nas eliminatórias olímpicas, principalmente porque comecei a preparar-me intensamente há pouco tempo. Estou grato ao Comité Olímpico, sem o qual as minhas possibilidades de sucesso seriam drasticamente reduzidas. Sem apoio financeiro, não teria tempo e capacidade para progredir e força de vontade para continuar com o mesmo foco e determinação.

Os meus objetivos são audaciosos e para muitos irrealistas, mas com a mentalidade certa e um treino intenso, acredito nas minhas possibilidades.

Os cientistas dizem que as mesmas regiões do cérebro são estimuladas quando visualizamos os nossos sonhos e quando realmente os realizamos. Na minha opinião, visualização e abordagem positiva são as chaves para o sucesso!

Como um evento multidesportivo que só acontece a cada quatro anos, o que significaria para mim participar nos Jogos Olímpicos? Significaria mais do que esperança em si. Significaria que, como sociedade, nos aproximamos de um mundo mais justo, onde os apátridas também são seres humanos com condições um pouco mais iguais de cooperação neste magnífico evento. Significaria aperfeiçoar os meus desejos atléticos, continuar a minha carreira profissional e ganhar maior respeito entre os colegas e outros seres humanos.

## NINGUÉM GANHA SOZINHO

Rui Tavares Guedes  
Diretor-executivo, revista Visão

Há ironias do destino que não podem nem devem ser contrariadas. Uma das mais recentes e emblemáticas encontra-se na resposta a esta pergunta: quem ganhou a maior e mais global competição de 2020?

Só há um resultado possível, neste estranho e singular ano, em que o desporto foi declarado “cancelado”, os Jogos Olímpicos suspensos até melhor oportunidade, a maioria das competições desportivas amputadas de público e milhões de praticantes por esse mundo fora privados das suas modalidades preferidas. Não será, porventura, a resposta mais evidente, mas ninguém a pode considerar errada: a “medalha de ouro” foi ganha por Ugur Sahin e Ozlem Tureci, o casal de origem turca que, na Alemanha, dirigiu a equipa de investigadores que desenvolveu a primeira vacina aprovada contra a Covid-19, a arma mais poderosa para derrotar a pandemia que fez mudar o mundo.

A ironia creio que fica clara: num ano de competições desportivas canceladas, em que as nações se fecharam, as pessoas se isolaram e as fronteiras foram reerguidas e reforçadas, não deixa de ser significativo que a corrida principal, aquela que mais atenções concentrou no planeta, tenha sido ganha por quem, com esforço e talento, conseguiu triunfar num país diferente daquele em que nasceu, após saber integrar-se e, acima de tudo, promover o trabalho em equipa, com a participação de centenas de cientistas, de origens diversas, como principal arma para atingir os melhores resultados.

A “vitória” de Ugur e Ozlem demonstra que, nos campos mais significativos e relevantes da atividade humana, os melhores resultados só se alcançam quando se quebram as barreiras da intolerância, se esbatem as diferenças artificiais e se canalizam todos os esforços para alcançar o objetivo previamente definido.

É assim na Ciência, mas também no Desporto, duas áreas onde a busca pela excelência obriga a que, com toda a naturalidade, se promova a constituição de equipas multiculturais, em que a competência se sobrepõe a qualquer divisão étnica, religiosa ou ideológica que possa existir entre os seus membros. Por isso, atualmente, tanto os maiores laboratórios científicos do mundo como as equipas ganhadoras nos desportos mais competitivos e profissionais do planeta assemelham-se, tantas vezes, a uma sociedade das nações, em que todos colaboram para alcançar a vitória.

O Desporto tem, no entanto, uma vantagem face à Ciência no processo de integração de quem chega de fora, de uma realidade distinta, formado com outros valores e crenças diferentes das do país que o acolhe. No Desporto existe uma linguagem comum e universal, facilmente apreendida, desde

muito cedo, por quem tenta saltar mais alto, correr mais rápido ou chegar mais longe. Não é preciso conhecimentos de Matemática ou de Química, mas apenas assimilar algumas regras simples, muitas delas intuitivas e quase naturais.

Por definição, a “língua” do Desporto não conhece fronteiras, é imune às crenças religiosas e até, na verdade, às barreiras linguísticas. As regras são universais, iguais para todos e, mais importante ainda, trazem subjacente um sentimento de fraternidade, de espírito de entreatajuda, de partilha de sensações e de emoções. Estimulam o espírito de vencer, mas ensinam também a perder.

Por mais que – demasiadas vezes... – caiamos no engano de pensar que o talento individual resolve tudo, a verdade é que ninguém ganha sozinho. E nisso o Desporto é absolutamente eloquente e transversal, demonstrando, em todos os momentos, que as vitórias só se alcançam com esforço, disciplina e muito trabalho de equipa. Essa é a lição que, todos os dias, a competição desportiva nos transmite, mas que vale também para a vida.

Embora nem sempre nos lembremos disso, cegos que estamos por rivalidades clubísticas ou por impulsos nacionalistas menores, não nos podemos esquecer que o Desporto é um espaço de união para o mundo – porventura, até, o substituto perfeito para a guerra, segundo o sonho de Coubertin.

No Desporto, tanto a criança do país pobre como a do país rico podem partilhar o mesmo sonho. E, caso lhes ofereçam oportunidades iguais, ambas o poderão concretizar. Em muitos casos, é o Desporto que continua a permitir a concretização do elevador social para tantos jovens de comunidades desfavorecidas, em sociedades que, infelizmente, dão sinais constantes de incapacidade para combater o crescimento das desigualdades económicas e sociais.

Sabemos também, no entanto, que nos momentos de crise e de disrupção, é sempre mais fácil apontar as culpas para quem vem de fora, com culturas e hábitos diferentes. A verdade, todavia, é que, conforme demonstram os números compilados pelas Nações Unidas, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, entre os países mais ricos, é maior naqueles onde a proporção de imigrantes é maior.

Temos a obrigação de saber, também, que o nível de vida existente no chamado mundo desenvolvido só será possível de manter se a sua população, no mínimo, não diminuir. Ora, com as atuais taxas de fertilidade, eloquentes no Japão, na Alemanha, mas também em Portugal, isso só será possível

## UMA EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO COM O DESPORTO EM MIRANDA DO CORVO

Jaime Ramos

Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional - ADFP

com a chegada e a integração de mais imigrantes, ao longo das próximas décadas. Da forma como o mundo funciona atualmente, o crescimento económico e a demografia trabalham em paralelo, num equilíbrio instável, mas inevitável.

O encontro de culturas, de tradições, de estímulos e de pessoas com pensamentos diferentes foi sempre decisivo para o desenvolvimento das sociedades e para a prosperidade das nações. Num mundo de diferenças, o Desporto pode ser, por isso, um dos melhores motores de integração social e um fator de união decisivo para que, no fim, todos alcancem os objetivos pretendidos.

Infelizmente, os bons exemplos existentes neste campo nem sempre são devidamente valorizados e acarinhados, em especial por quem insiste em ver o Desporto apenas como uma atividade lúdica e com uma importância menor na vida das comunidades, sem sequer valorizar o seu papel na saúde, no bem-estar e até na educação cívica, como instrumento fundamental para superar diferenças e lutar contra a intolerância.

Podem existir várias estratégias e campanhas para promover o diálogo intercultural, o respeito pelos direitos humanos e a criação de um espírito de respeito mútuo. Poucas, no entanto, serão mais eficazes do que a atividade desportiva, através da criação de laços fortes, num espírito competitivo e de superação. Há uma razão para isso: é a melhor forma de ensinar que ninguém ganha sozinho – tanto no desporto como na vida.

O projeto ADFP nasceu há 33 anos.

Somos uma IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), sem fins lucrativos, de interesse público.

As IPSS têm como objetivo fundamental o combate e prevenção do sofrimento, mas não se devem fechar numa visão assistencialista ou caritativa.

Investimos com bondade em pessoas.

As nossas equipas multidisciplinares possuem formação e excelentes qualidades técnicas. Sabemos que para cuidar de pessoas em situação de fragilidade e vulnerabilidade é aconselhável que os colaboradores atuem com bondade, com entrega pessoal.

O nosso lema é “não diagnosticamos deficiências, descobrimos talentos”. As limitações individuais são muitas vezes evidentes: cegueira, surdez, cadeira de rodas, canadianas, dificuldades de aprendizagem... O nosso objetivo é descobrir talentos em todas as pessoas, incluindo aquelas que possuem mais desvantagens, e permitir que trabalhem e se sintam úteis à sociedade, valorizando a sua dignidade.

Vivemos numa sociedade egoísta, em que o politicamente correto é exigir liberdade, igualdade e outros direitos individuais. Na Fundação apostamos numa cultura assente na fraternidade, no dever de cooperação com os outros e com a comunidade. Sem uma cultura de promoção dos deveres não temos cidadãos. Defendemos a ideia de Família Pública, o dever de não nos esgotarmos na nossa família biológica e de nos preocuparmos com as questões que podem melhorar a nossa rua, o nosso bairro, a nossa terra, o nosso País, o Mundo.

### Somos a Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional ADFP

#### A – Assistência

Apoiamos crianças, jovens, adultos e idosos de ambos os sexos, com valências destinadas a pessoas com deficiência ou doença mental, sem-abrigo, mulheres grávidas e/ou com filhos, vítimas de violência, imigrantes, refugiados, minorias étnicas e unidades de cuidados de saúde.

Apostamos no convívio intergeracional e na integração de vários

grupos sociais, com especial atenção às pessoas vítimas de exclusão social e/ou carência económica.

#### D – Desenvolvimento

Promovemos o apoio social aos mais carenciados e o combate à pobreza, sem esquecer o desenvolvimento regional, a criação de emprego e produção de riqueza. Para criar postos de trabalho destinados prioritariamente a pessoas excluídas, investimos na agricultura e turismo.

#### FP – Formação Profissional

Acreditamos que são as pessoas, bem formadas e educadas, que estão na base de uma sociedade mais justa e igualitária. Investimos em projetos de formação profissional e treino para pessoas com dificuldades e apostamos em projetos de educação que revelem talentos individuais. Em Coimbra criámos o St. Paul’s School, colégio bilingue, com curriculum internacional e em Miranda o projeto Mentres Brilhantes para promover o sucesso educativo na escola pública.

#### O que nos distingue

Somos uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, que aposta na coesão social e na sustentabilidade ambiental e financeira, criando valor económico, dando prioridade à defesa e promoção de valores civilizacionais ligados ao personalismo humanista.

Apostamos no convívio intergeracional, na igualdade de género, de oportunidades e direitos, e no apoio à natalidade.

Promovemos uma cultura de inclusão e integração, de combate à marginalização, onde pessoas com desvantagem assumem lugares de especial destaque.

Na Fundação ADFP nascem bebés e morrem pessoas, muito idosas e doentes.

Na Sede, Centro Social Comunitário de Miranda do Corvo, residem indivíduos com todo o tipo de problemáticas de saúde e sociais, que convivem com as pessoas que habitam na comunidade, destruindo estigmas.

As necessidades sociais da população são sentidas como obrigações a que devemos responder.

Os dirigentes são voluntários em regime de gratuidade.



### Promovemos valores/criamos valor económico

#### Preservamos valores civilizacionais batizando as residências:

**Bondade** – destinada a pessoas sem-abrigo | doença mental | refugiados;

**Coragem** – pessoas com deficiência e/ou doença mental;

**Cruz Branca** – mulheres grávidas ou mães com filhos menores;

**Cristo Redentor** – pessoas idosas;

**Dignidade** – pessoas sem-abrigo;

**Esperança** – pessoas com doença mental;

**Fraternidade** – infância e juventude;

**Gratidão** – unidades de cuidados continuados;

**Igualdade** – pessoas com doença mental;

**Paz** – refugiados de cenários de guerra;

**Respeito** – pessoas com deficiência e/ou doença mental;

**Sabedoria** – pessoas idosas;

**Tolerância** – pessoas com doença mental;

**Compaixão** – hospital.

Criamos valor económico e social e promovemos crescimento inclusivo. Todas as nossas atividades contribuem para o PIB (Produto Interno Bruto) e para a riqueza criada na região. Apostamos na criação de emprego, muito destinado a pessoas com necessidades especiais, promovendo a inclusão.

Os saldos anuais não são lucros a distribuir por sócios ou destinados a remunerar capital. São valores que investimos em novas atividades, mais desenvolvimento e mais emprego. A diversificação de atividades é fundamental na estratégia de criação de emprego, produção de riqueza e obtenção de receitas próprias que nos tornem sustentáveis e menos dependentes do Estado.

### Liberdade

Nascemos após o 25 de Abril, no Portugal Democrático, graças à liberdade que nos permite a criatividade, a inovação e o direito a associação.

#### Somos uma Fundação:

**Cívica:** nascida da iniciativa livre de cidadãos, não criada por um benfeitor, dador, empresa ou Estado. Somos uma Organização Não Governamental (ONG).

**Comunitária:** aposta no desenvolvimento sustentável, com coesão social, no seu território de influência. Investe na criação de novas organizações capazes de gerar emprego, aumentar receitas e defender valores culturais e civilizacionais.

**Filantrópica:** tenta promover o amor e a felicidade das pessoas, favorecendo a criação de organizações culturais, recreativas e

desportivas. Apoia o Clube da Mulher, movimentos cívicos de aspirações regionais, Secção de Futsal, Columbofilia, Clube de Caminheiros, Centro Hípico, Real Confraria da Matança do Porco, AJA – Associação de Jovens Amigos.

### Inclusão | Arca de Noé

Promove o convívio intergeracional, dos bebés aos muito idosos.

Investimos na integração dos diferentes grupos sociais incluindo minorias.

Apostamos na inclusão de pessoa com deficiência e/ou doença mental.

#### Alguns números que retratam a Fundação:

**480** residentes com diferentes problemáticas;

**3400** utilizadores regulares;

**343** trabalhadores;

**573** colaboradores, incluindo utentes em atividades ocupacionais, formação profissional e desempregados em programas ocupacionais;

**860** colaboradores regulares, contando os voluntários, sem qualquer tipo de remuneração, e com prémio de bolso;

**39%** dos colaboradores têm deficiência/doença crónica;

**18%** são do quadro, alguns a desempenhar funções de topo na Contabilidade, Gestão, Serviço de Pessoal, Economa-to, Secretariado...

E ainda...

Centenas de animais no Parque Biológico da Serra da Lousã.

### Justiça

Utentes das atividades ocupacionais recebem de acordo com o seu esforço e produção.

O preço das valências e serviços sociais depende do rendimento da família.

Utentes colaboradores pagam os serviços de acordo com o seu salário/pensão.

Nas valências sociais não temos clientes individuais. Apoiamos utentes

Os serviços sociais prestados pela Fundação, “serão gratuitos ou remunerados, em regime de proporcionalismo, de acordo com a situação económico-familiar dos utentes.”

Adotamos preço fixo para os clientes dos serviços “não” sociais: turismo, cultura, desporto, agricultura...

### Trivium

É a visão filosófica do espírito da Fundação ADFP.

O **Parque Biológico** representa a igualdade de todos os seres vivos. A nossa vida é igual à dos outros animais.

O **Espaço da Mente**, dedicado à liberdade, é o centro do Eco-museu.

Reflete sobre a evolução do Homem, associando o Homo Habilis ao aparecimento da mente e à exigência de liberdade. Recordamos que somos só macacos nus, iguais aos outros seres vivos.

A evolução científica, desde a pedra lascada à moderna tecnologia, exige a liberdade.

Invocamos a liberdade de alma e de amar.

O **Templo Ecuménico Universalista** salienta a tolerância e o respeito pelo diferente na construção da Paz.

É um reconhecimento ao Homo Sapiens, criador da espiritualidade e da busca da Verdade.

Promove a liberdade de crer e de não crer, invocando a fraternidade.

### Centro de Instalação de Refugiados “Paz”

Fomos a primeira instituição, fora de Lisboa, a instalar refugiados, tal como o Conselho Português para os Refugiados e os Jesuítas faziam na capital, mostrando que uma instituição da província pode estar atenta e na primeira linha perante os problemas do Mundo.

Perante os organismos estatais fomos mostrando a nossa disponibilidade para cooperarmos desenvolvendo a ideia de instalação de estrangeiros no território nacional e não só em Lisboa.

A oportunidade surgiu em 2014 no âmbito do Compromisso entre o Estado Português e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com o objetivo de reinstalar refugiados que se encontravam no Egipto, garantindo, nos termos da Constituição e da Lei, o direito de Proteção Internacional.

Criamos o primeiro polo em Penela. Foi pioneiro na instalação de refugiados fora dos grandes centros urbanos.

Depois de Penela criou-se o polo de Miranda. Em 2016 apoiámos 42 pessoas, incluindo crianças, em Penela e Miranda, vindos da Síria, Sudão e Iémen. Nesta comunidade já nasceram dois bebés, portugueses, filhos de famílias sírias. Em 2017 recebemos mais 29 pessoas.

Até agora acolhemos um total de 89 refugiados.

### Acolhimento – Outras situações

2017-2018	2018-2019
Guineenses portadores de deficiência	Jovens da Guiné alojados numa residência da Fundação ADFP Parceria com a CEARTE
Total = 5 pessoas	Total = 25 pessoas

Perante as dificuldades da Guiné Bissau decidimos, por iniciativa própria e em colaboração com o CEARTE, centro de formação especializado nas áreas do artesanato e património, apoiar a vinda de guineenses, alguns com deficiência, para Portugal, para formação profissional.

### Pessoas refugiadas – Integração pelo Desporto

<b>Futsal</b>	<b>Clube Viveiro</b> 2016 - 1 Sírio com 6 anos 2017/2018 - 6 Sírios com idades entre os 7 e 13 anos
<b>Futebol</b>	<b>Clube Mirandense</b> 2017/2018 - 1 Sírio com 20 anos <b>Clube Penelense</b> 2017/2018- 1 Sudanês com 19 anos
<b>Ginástica</b>	<b>Casa do Povo</b> 2017/2018 - 2 Meninas de nacionalidade síria
<b>Atletismo</b>	1 guineense com 22 anos, com participação nos jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro 2016

Acolher refugiados ou migrantes pressupõe a vontade da inclusão e integração na comunidade.

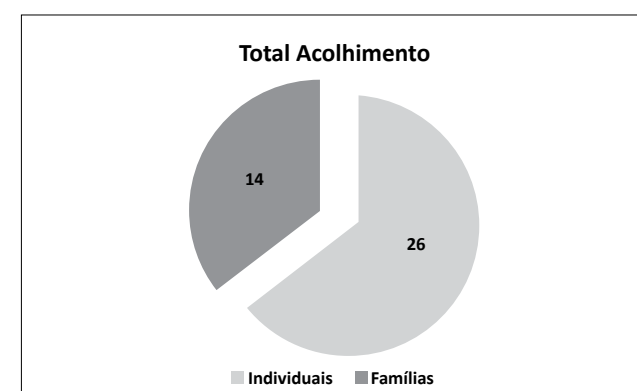
O desporto, com as associações que o promovem e sustentam em cada comunidade, é um recurso importante para a integração de recém-chegados a uma comunidade.

É importante que aprendam a nossa língua e se adaptem à nossa cultura, sem perderem a sua.

Em colaboração com as coletividades desportivas locais promovemos a integração em diversas modalidades.

#### Pessoas refugiadas

Desde o início do programa, em 2015, a Fundação ADFP acolheu um total de 14 famílias e 29 individuais.



Tem sido evidente que um número significativo das pessoas acolhidas não deseja permanecer em Portugal. As famílias com crianças têm permanecido enquanto os individuais têm saído para outros Países Europeus onde terão familiares ou conhecidos.

A Fundação ADFP ao cooperar como o Estado Português, com o apoio da União Europeia, no acolhimento, visando a integração das pessoas refugiadas, cumpriu com o seu objetivo de combater e prevenir o sofrimento humano.

A Fundação possui uma espiritualidade organizacional, que assenta na tolerância e no respeito pela diferença, sacralizando a liberdade de crer e não crer.

A oportunidade de acolher pessoas com diferentes crenças religiosas reforçou a nossa cultura organizacional.

## O PAPEL DA ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DA MADEIRA NO ACOLHIMENTO DE LUSO-VENEZUELANOS NA REGIÃO

Rui Marote  
Presidente da Associação de Futebol da Madeira

#### Tópicos

- 300.000 – Número de madeirenses e descendentes radicados na Venezuela. As principais atividades dos mais velhos, comércio de restauração, panificação, supermercados. Os descendentes, diversa formação superior (E.U.A.).
  - Principais Concelhos – Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta.
  - Principais motivos de regresso:
    - . Educação – mais de 1000 jovens, devido ao colapso do sistema no País, provocando o regresso dos jovens;
    - . Saúde – Regresso dos idosos devida à falta de medicamentos para doenças de coração e oncológicas, entre outras, a tensão arterial, diabetes, etc.
  - Outros motivos – Devido à instabilidade, os luso-descendentes optaram por outros países, tendo como opção Espanha e Chile. A língua teve muita influência. As equivalências em diversas áreas também foram decisivas para as opções tomadas.
- Destes cidadãos venezuelanos:
    - . Perderam as suas propriedades
    - . Perderam os seus trabalhos
    - . Aspiram melhores condições de vida.
  - Futebol – Época 2019/2020 – 116 jovens inscritos na competição regional até à data.
    - . Época 2017/2018 – 108
    - . Época 2018/2019 – 129

Os jovens que regressaram, tendo como principal objetivo os estudos, optaram pela área desportiva nas diversas modalidades.

Muitos vieram acompanhados dos pais, com ligações à Região, nomeadamente a nível familiar e que se deslocavam à Região de vez em quando. Outros vieram sem os pais, mas porque os avós e outros familiares disponibilizaram-se para os receber e ajudar ao seu crescimento.

Não houve nem há nenhuma convulsão social.

A grande maioria dos migrantes tem dupla nacionalidade.

As entidades regionais e o Conselho Regional da Ordem dos Advogados têm dado o apoio necessário.

Para os cidadãos venezuelanos que têm tido grandes dificuldades em adquirir documentos relativos à sua cidadania, tem havido muita compreensão por parte da Ordem dos Advogados e um grande apoio jurídico no sentido de serem ultrapassadas essas situações

## ESPÍRITO DE CAMPEÃO

Dora Estoura

Coordenadora Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas / Conselho Português para os Refugiados

O Conselho Português para os Refugiados (CPR) foi criado em 1991 e tem como missão defender o direito ao asilo, em Portugal. Intervém a nível da Proteção, Integração, Formação, Emprego, Informação Pública, Sensibilização, *Advocacy*, Educação e Desenvolvimento Comunitário, através de projetos.

### Áreas de Intervenção



Há 17 anos quando comecei a trabalhar no CPR, Portugal recebia cerca de 100 pedidos de proteção internacional, por ano, e muita gente desconhecia o que é o asilo. Estes são alguns dos dados do ano passado, atualmente são bem superiores.

### Proteção em Portugal

Ano	Pedidos de Proteção Internacional Espontâneos	Requerentes Recolocados (Agenda Europeia para as Migrações)	Estatuto de Refugiado	Proteção Complementar / Subsidiária	Refugiados Reinstalados
2013	506	-	13	116	-
2014	442	-	19	89	14
2015	872	43	33	160	39
2016	691	757	104	267	12
2017	1010	690	119	354	41
2018	1190	30	226	405	33

Em **2018**, o CPR:

- Efetuou número recorde de atendimentos: **10.178 atendimentos**;
- Garantiu alojamento a **1,171 requerentes e 16 beneficiários de proteção**;
- No que concerne à Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas, foram acolhidas **65 crianças não acompanhadas**;
- Prestou informação e apoio jurídico a **1,020 requerentes de proteção**, o que representa 86% do total dos pedidos (1,190);
- Efetuou **1,427 horas de formação** em Português Língua Estrangeira;
- Formou e sensibilizou mais de **1000 estudantes e profissionais** em Asilo e Refugiados;
- Respondeu a questionários e participou em relatórios, colaborando com ACNUR, ECRE, ELENA, Comissão Europeia, UNICEF, EASO, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas,...

Hoje, o CPR presta apoio a mais de **1000 pessoas, por mês**. Somos a única organização que presta apoio a requerentes de pedidos espontâneos, requerentes provenientes de barcos humanitários, refugiados e refugiados reinstalados.

Os desafios são muitos. Há sempre a questão da falta de recursos humanos, financeiros, estruturais, mas focando em como ultrapassar esses desafios há que ter em conta que os refugiados têm um capital humano diferenciado.

Conheci milhares de pessoas de diferentes nacionalidades, credos, escolaridades, profissões, personalidades, mas a maioria partilhava algo: instinto de sobrevivência apuradíssimo, resiliência, resistência (às atrocidades e perdas de que foram vítimas no seu país, às dificuldades no processo de fuga; às frustrações no país de acolhimento) e, espantosamente, capacidade de acreditar e recomeçar.

Profissionalmente escuto as suas histórias de vida e confidências. São terríveis, mas também pessoalmente inspiradoras. Alguns já foram campeões em diversas modalidades desportivas, mas aqueles que não o foram no desporto são certamente campeões na vida. É importante olhar os refugiados para além da imagem de vítimas pois têm um espírito de luta único, um espírito de campeão. Assim, para intervir, olho para cada um e pergunto-me: Que chama arde dentro de si?

Que não haja ilusões, há aqueles que se deixam consumir pelo fogo do passado, mas também há quem a chama do crer

## DESPORTO E INTEGRAÇÃO, A EXPERIÊNCIA DA PLATAFORMA DE APOIO AOS REFUGIADOS

Catarina Lima

JRS Portugal - Serviço Jesuíta aos Refugiados

e querer, da esperança e do sonho, se encontra ativa, ainda que cativa devido às circunstâncias. O meu trabalho é apoiar os seus percursos num novo país de acolhimento, reconstruir a confiança e autoestima, construir sorrisos e tudo começa com essa chama.

Sempre que havia alguém que queria praticar desporto por simples prazer ou alguém que já era atleta, no seu país, e queria prosseguir a sua carreira, lá estava eu a contactar clubes, federações e até sindicatos. Sempre que era necessário derubar preconceitos, aproximar pessoas, lá estava a equipa do CPR a organizar eventos desportivos e participar neles, para dar o exemplo. Confesso que é uma área que me dá especial prazer, mas também muitas frustrações.

O que se faz quando alguém nos diz que foi campeão asiático numa arte marcial ou campeão europeu de halterofilismo ou vice-campeão mundial noutra modalidade e nenhum clube lhes abre as portas? Começa-se a tentar pensar fora da caixa, procuram-se ginásios, procura-se, procura-se...

E quando não se encontra uma oportunidade, estes campeões no desporto e na vida, redefinem os seus sonhos, adaptam-se e começam a trabalhar no que conseguem encontrar. Sendo compreensível, não deixa de ser um desperdício das suas mais-valias. Recentemente, falei com um refugiado que me disse “Agora estou bem, sou treinador da seleção espanhola”. Não se resignou e conseguiu. Pena que Portugal não lhe tenha dado uma oportunidade pois quem sabe era a oportunidade para Portugal ser inspirado por este espírito e ser campeão naquela modalidade de artes marciais.

Na Casa de Acolhimento para Crianças Refugiadas o desafio de fazer cada uma crescer e sorrir passa por ajudá-las a desenvolver o seu potencial para serem campeãs na vida e, se assim o entenderem e puderem, também no desporto. Orgulhamo-nos de todas elas, não apenas dos Farids e dos Dorians que, entre outros, ganharam medalhas e títulos.

Mas, por vezes, temos alguém que, no primeiro atendimento, nos diz: “Quero praticar desporto. Eu vou ser campeão. Eu vou participar nos jogos olímpicos.” Em particular, para estes casos, ter uma oportunidade é vital. Felizmente, no caso do Farid conseguimos que um clube lhe desse a oportunidade de mostrar o seu valor. Logo no primeiro ano, foi campeão. Recentemente, com o apoio do COP, conseguiu mais um passo para poder vir a participar nos próximos Jogos Olímpicos.

Felizmente, posso dizer que muitos dos menores não acompanhados que acolhemos estão a praticar desporto, fazendo-o

como qualquer um de nós, como ocupação dos tempos livres, como *hobby*, como terapia. Vários evoluíram como atletas, elevando ainda mais o valor desportivo de Portugal. Não posso, contudo, esquecer as portas que não se abriram para atletas de poderiam ter elevado ainda mais o valor desportivo de Portugal.

No desporto, por trás de cada campeão, há uma ou várias equipas, a técnica, a médica, entre outras pessoas, todas partilhando o esforço, um sonho/objetivo, o título, a glória, a distinção, a excelência. O percurso até se ser campeão é duro, implica muito trabalho, disciplina, resistência, resiliência, mas implica também que haja oportunidade para que o ou a atleta possa explorar o seu potencial.

Ter clube, ter equipamento, ter alimentação adequada, ter condições dignas, ter estabilidade são alguns ingredientes para essa oportunidade, cada um pode contribuir de formas diferentes para a efetivar.

É por essa oportunidade que estou aqui a desafiar-vos. Não basta ter espírito de campeão, na vida e no desporto, são precisas oportunidades. Juntem-se a nós e ao COP no apoio aos requerentes de asilo e refugiados. Juntos seremos uma equipa vencedora.

Todos nos emocionámos profundamente com a imagem de Alan Kurdi, o menino sírio de 3 anos que morreu afogado na tentativa de atravessar o mar mediterrâneo em setembro de 2015, e cujo corpo veio dar à praia na Turquia. Esta imagem arrepiante correu o mundo e convocou as atenções para a grave crise humanitária dos refugiados sírios que estava a acontecer.

Em Portugal, a sociedade portuguesa vivia já um momento de grande sensibilização com todas as notícias que nos chegavam daquela região, e foi dela que nasceu um movimento extraordinário de mobilização de mais de 350 entidades de todos os tipos e naturezas – associações, centros sociais, paróquias, congregações religiosas, instituições académicas, instituições desportivas, meios de comunicação, empresas, sociedades de advogados e municípios –, com o propósito firme de criar uma teia, uma rede de apoio para os refugiados. Esta teia foi efetivamente criada: é a PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados.

Multifacetada e desinstitucionalizada, como todos os movimentos próprios da sociedade civil, a PAR – Plataforma de Apoio aos Refugiados não nasceu da especialização e experiência profissional no apoio, acolhimento e integração de refugiados, mas da compreensão da urgência humanitária e da necessidade urgente de acolhimento das crianças refugiadas e das suas famílias, desamparadas e em fuga. A PAR é, assim, a disponibilidade da sociedade civil portuguesa para apoiar e acolher estas pessoas, através da criação de redes e comunidades de hospitalidade.

Todos os programas de intervenção da PAR – tanto o PAR Linha da Frente (um projeto de voluntariado em campos de refugiados na Grécia com a missão de Cuidar da Espera), como o PAR Famílias (um programa de acolhimento e integração de famílias de refugiados por entidades da PAR de norte a sul do país), e o PAR Sensibilização (um plano de atividades de sensibilização junto da sociedade e da opinião pública portuguesas para a tolerância e o multiculturalismo) – foram criados e desenvolvidos com base num paradigma comunitário e colaborativo, informal, flexível e próximo.

É esta experiência de proximidade e informalidade da PAR – que conta na primeira pessoa as histórias de acolhimento direto de mais de 160 famílias e mais de 750 pessoas (mais de metade das quais são crianças), e os testemunhos diretos de quase 120 voluntários, e de 2 anos e meio de trabalho de cuidado e proximidade no campo de refugiados grego de Kara Tepe – que revela a importância de várias dimensões do trabalho de cuidado, acolhimento e integração de refugiados, que

não se prendem necessariamente com procedimentos legais, mecanismos burocráticos ou institucionais, políticas públicas e condições materiais; dimensões que estão vinculadas com a subjetividade e o bem-estar das pessoas (em fuga, em trânsito, em espera ou recém-chegadas), com a integração efetiva numa comunidade, e com os vínculos sociais e afetivos que determinam essa integração.

Neste sentido, é interessante partilhar a experiência da PAR sobre a importância do desporto para a integração de refugiados: o desporto não surge como um assunto supérfluo ou secundário, mas como uma dimensão com forte potencial para a integração destas pessoas na comunidade de acolhimento, e que deve ser respeitada como tal e explorada no processo de acolhimento e acompanhamento.

O potencial de integração do desporto explica-se com três breves reflexões.

Em primeiro lugar, o desporto tem *efeitos benéficos* para a saúde e o *bem-estar*, não apenas físico, mas também psicológico e anímico. Este impacto positivo é hoje reconhecido por inúmeros estudos das mais diversas áreas de saúde, e pelo público em geral. A prática regular de qualquer atividade desportiva ou exercício físico permite-nos relaxar, divertir, manter em forma, prevenir problemas de saúde, exercitar o corpo e a mente, e pode até ter efeitos terapêuticos, aliviar o stress, ajudar a superar traumas e estados de angústia, depressão ou ansiedade. Se este impacto pode ser significativo para a vida comum de todas as pessoas em circunstâncias normais, o impacto na vida de um refugiado é exponencial. Todos os refugiados revelam, no mínimo, sinais de angústia e ansiedade pela integração na nova comunidade, pela necessidade de construir uma vida nova, por tudo o que deixaram para trás – a cidade, a casa, a rotina, o ofício, familiares, amigos, guerra, violência, e todas as perdas que exigem um luto migratório complexo –, e muitos deles vêm com estados de saúde debilitados pelas experiências de violência e precariedade vividas no país de origem, durante a fuga, a travessia, a detenção em campos, etc. O desporto é, nesta medida, um grande facilitador do processo de recuperação e fortalecimento da saúde física e mental dos refugiados.

Em segundo lugar, o desporto tem um enorme potencial de *normalização* na vida dos refugiados. O desporto não é apenas um espaço de superação de limites e glória Olímpica. O desporto é, para a maioria as pessoas, um espaço de normalidade, de quotidiano e rotina. Saímos para correr de manhã ou ao final do dia. Praticamos determinada atividade desportiva uma vez por semana. Vamos ao ginásio depois do trabalho. O desporto e a prática de exercício físico estão associados,



## O PAPEL DA IMPRENSA DESPORTIVA NA DIÁSPORA

Vítor Serpa  
Diretor do jornal A BOLA

para a maior parte das pessoas, às suas rotinas estáveis. Ninguém pensa na prática de desporto como prioridade, quando está numa situação de sobrevivência e estado de sítio. Nesse sentido, o desporto na vida de um refugiado tem um significado simbólico poderoso, e pode ter um efeito estabilizador importante, de normalização da vida e da rotina de pessoas que vêm de experiências intensas de emergência, violência e sobrevivência.

Em terceiro lugar, encontramos a *dimensão social* do desporto, esta virtude tão própria que o desporto tem de ser um espaço de convívio e de criação ou fortalecimento de vínculos informais, sociais, afetivos. Jogamos futebol com os amigos todos os domingos ou improvisado nos parques. Competimos nos torneios do bairro, da cidade, do distrito. Juntamo-nos em grupos para correr ou passear, de bicicleta ou a pé. O desporto é uma ferramenta social poderosa, que permite aos refugiados encontrar, de forma mais informal e próxima, os vínculos e afetos que não têm na comunidade de acolhimento, e são muitas vezes estes vínculos que determinam verdadeiramente o processo de integração. Além disso, o desporto tem também a virtude de ser uma linguagem universal, que reúne pessoas de diferentes origens étnicas, culturais, religiosas e socioeconómicas. Ninguém precisa de falar fluentemente português para fazer o passe para o golo. O desporto tem esta capacidade de desarranjar e baralhar as dinâmicas e as hierarquias estabelecidas na sociedade. Desarruma as diferenças enraizadas na vida comum, e permite reverter, trocar, anular papéis e revalorizar o Outro. Por outras palavras, o desporto desconstrói e resignifica a diferença. Nesta medida, o desporto é uma ferramenta poderosa de educação para a tolerância e não discriminação.

Estas três reflexões já permitem adivinhar o potencial do desporto como elemento facilitador da integração, e como mecanismo de integração em si mesmo.

É claro que a intervenção para o acolhimento e integração de qualquer refugiado ou migrante, em qualquer país de acolhimento, exige a consideração imediata de vários eixos fundamentais como habitação, empregabilidade, idioma, saúde, segurança. Estas dimensões dependem sobretudo de medidas legislativas e administrativas, de políticas públicas e programas governamentais e municipais específicos, que permitam o acolhimento e integração destas populações em Portugal.

No entanto, sem prejuízo destas dimensões centrais do acolhimento – e sem abdicar da reivindicação das respostas públicas necessárias, que viabilizem a integração efetiva dos

refugiados na sociedade portuguesa –, a PAR (mais assente em relações comunitárias e de cuidado do que em relações institucionalizadas e profissionalizadas), descobriu desde cedo a importância das dimensões informais do acolhimento e integração. Aspetos tradicionalmente considerados alheios à esfera pública – como o bem-estar subjetivo, anímico e psicológico ou os vínculos informais, sociais e afetivos – podem ser, na realidade, os fatores determinantes da integração de um refugiado na sua comunidade de acolhimento.

E para isso, está – também – o Desporto.

No verão de 1973, eu era um jovem estudante de medicina, com 21 anos.

Não sei se se lembram, mas é uma idade em que não temos dúvidas. Aliás, temos tantas certezas que só não percebemos as angustiantes dúvidas dos nossos pais.

Uma das maiores certezas que eu tinha era a de que não queria ser médico.

Fiquei certo disso logo depois das primeiras aulas de anatomia, quando, com sacrifício e orgulho, a minha mãe me entregou, no mesmo dia, os três assustadores volumes de anatomia descritiva do Rouvière, e ainda um esqueleto verdadeiro, já desmantelado e gasto, de uma infeliz desconhecida, com alguma falta de ossos essenciais ao estudo do corpo humano, mas com o assinalável bónus de ter outros pequenos ossos repetidos.

Outra certeza que eu tinha era a de não queria ir para a guerra. Primeiro, porque nunca fui, propriamente, um guerreiro e, principalmente, porque era um descuidado e algo ingénuopositor ao regime e gastava a pouca heroicidade que me ia no corpo e na alma a entregar folhetos supostamente subversivos, a participar mais nos plenários de estudantes do que nas aulas e a conhecer os cantos mais sombrios da Cidade Universitária para poder fugir a sete pés das cargas do capitão Maltez.

Por isso, quando o Dr. Braz Medeiros, administrador do Diário Popular, sportinguista e, também por isso, furioso inimigo contra tudo o que equipava de vermelho, desde o Benfica ao Partido Comunista, me ordenou que fosse vadiar (a expressão era dele) um mês para o Canadá e os Estados Unidos, para acompanhar a digressão da equipa de futebol do Belenenses fiquei sem pinga de sangue.

A aceitar o convite e a conseqüente continuidade do emprego precário na redação do Popular, teria certo o chumbo no ano escolar. Por outro lado, a oportunidade parecia-me imperdível.

Entre o Hospital de Santa Maria e a América, escolhi a aventura. Sinceramente, esperava pior em casa. A minha mãe, apesar de profundamente triste e desiludida, não demorou a perdoar-me e a dar-me a sua compreensiva bênção.

Este é, afinal, o preâmbulo, pessoal e intransmissível, do meu primeiro encontro com a diáspora lusitana.

Gostava, entretanto, que percebessem melhor o enquadramento da época e do lugar.

Primeira paragem no continente americano: Toronto, Canadá.

Portugal vivia, ainda, em ditadura, era um país velho e cinzento, isolado numa guerra sem futuro, gastando gerações, matando sonhos, adiando futuros.

E, de repente, chego ao Canadá. Vejo, incrédulo, num cinema de bairro, “O Último Tango em Paris”, com o Brando, disforme, a fazer aquele papel de bisonte com cio; assisto, entre a multidão, a um comício político; acompanho uma marcha de protesto com toda a gente a gritar “make love not war”, respetosamente acompanhada pela polícia; descubro, no Toronto Star, a notícia surpreendente de uma queixa de um cidadão contra o primeiro ministro Pierre Trudeau, pela prática de agressão. O cidadão queixoso teria chamado cornudo ao primeiro ministro, a propósito de um picante episódio entre a senhora Trudeau e Mick Jagger, o histórico vocalista dos Rolling Stones.

Para mim, isto era o deslumbramento.

E, de repente, no meio de um mundo novo e excitante, encontrava-me na Dundas Street.

A surpresa de descobrir um “Little Portugal” enclavado em Toronto. Um enclave hermético e culturalmente inexpugnável, onde o dono da quinta era conhecido por “farmeiro”, o do talho por “bucheiro” e os supermercados vendiam grades de cerveja Sagres. As sardinhas já iam congeladas de Peniche, os abanos para fogareiros ocupavam um lugar importante na economia de importação e A BOLA, com aquela imensa primeira página da época, era o jornal de todos os cafés e lares de família, às segundas, quintas e sábados.

Nos restaurantes, comíamos arroz de bacalhau, bifés com ovo a cavalo ou cozido à portuguesa.

Na rua, toda a gente falava português e os homens discutiam futebol como se tivessem estado, no último domingo, nas Antas, na Luz ou em Alvalade.

Era difícil sentir diferenças de Portugal. Era impossível sentir o Canadá em Dundas Street.

A diáspora económica, que tinha levado milhares e milhares de portugueses e portuguesas para fora do seu país, não se reconhecia pela indignação, nem pela dramática condenação à saudade da terra. Antes se afirmava num nacionalismo cultural, que não consentia dúvidas e procurava a proteção física

e moral de toda a comunidade, numa identidade inviolável e imune a influências estrangeiras.

O desporto – não levei tempo a descobrir – era um traço de união fundamental entre o novo mundo e a velha terra da qual ninguém queria arredar pé, mesmo que estivesse a milhares de quilómetros de distância e com um oceano inteiro a separar.

Os clubes, muito especialmente, o sentimento de pertença a um clube, era um traço identitário decisivo e, por isso, tornava-se tão óbvio que tivesse encontrado poucos lugares como aquele em que o jornalismo desportivo era tão respeitado, tão escrutinado e tão importante.

Semanas depois dessa experiência inolvidável em Toronto, a confirmação nos Estados Unidos, nas cidades de New Bedford e, principalmente, em Newark, onde um antigo colaborador de A BOLA, o Ruy Nunes, militante das noites do Parque Mayer, cantor romântico do velho conjunto Sem Nome e, por via do bom desempenho nessas duas universidades da vida, colecionador de corações femininos, tinha, em plena Ferry Street, uma loja de bugigangas portuguesas que vendia desde galos de Barcelos a imagens das Senhoras de Fátima, passando, naturalmente, pela venda do jornal A BOLA.

O jornal chegava no avião do meio dia e duas horas depois estava à venda. O Ruy tornara-se correspondente de A BOLA em Nova Iorque, apesar de ter deixado passar os anos sem aprender mais do que meia dúzia de palavras em inglês.

Vendia milhares de jornais em cada edição, distribuindo-o por toda a costa leste dos Estados Unidos. Aos domingos à tarde, mais pela hora de jantar, devido à diferença de fuso horário, abria para toda a rua o som dos altifalantes para os portugueses de Newark ouvirem o relato, pela emissora nacional, dos jogos de futebol do campeonato português.

Eu não entendia a razão de se juntarem centenas e centenas de pessoas, na rua, para ouvirem o relato. Também tinham rádios em casa e poderiam ouvir na calma e no silêncio do lar, o que se passava, em Portugal, nos jogos de futebol. Mas o encanto – explicaram-me – era precisamente ouvir esses relatos em grandes grupos, gente dos mais diversos clubes a discutirem os *off sides* e os penaltis como se estivessem no estádio.

Foi assim o começo da minha forte relação com a diáspora portuguesa. O impacto na minha formação humana e profissional foi marcante. Como era possível? – interrogava-me – preferir a “aldeia lusitana” ao que me pareciam ser as capitais do mundo, como Toronto, Boston ou Nova Iorque?

Aconteceu há 46 anos e esse mês e meio numa América inebriante ajudou-me, desde muito cedo, a entender que a nossa Pátria não é o tal cantinho à beira mar plantado. Nem sequer tem uma definição física ou geográfica. Muito menos ibérica.

Daí que tenha passado todos estes anos a defender, nem sempre com mérito e quase sempre com desconfianças alheias, o que eu considerava ser o único projeto possível para um desejável crescimento de um jornal português, o qual para saltar, enfim, as fronteiras do Chiado teria, obviamente, de passar por um plano de expansão internacional de A BOLA pelo mundo.

O primeiro passo tinha acontecido naturalmente e ajustara-se ao imenso fluxo da emigração nos anos sessenta.

A BOLA chegava a Paris no primeiro avião da TAP que aterrava em Orly. Beneficiávamos de “porte pago”, um subsídio governamental que deixou de existir porque, de facto, só interessava a A BOLA e aos milhares e milhares de portugueses que por esse mundo a queriam ler e ter, como se tivessem nas mãos um torrão dos campos de Portugal.

Tínhamos uma distribuição própria, coordenado por Fernando Sismeiro, um português emigrante e que conhecia a França e todos os polos de emigração no centro da Europa, como conhecia os seus dedos.

Depois das vitórias europeias do Benfica, no início dos anos 60, deu-se o grande “boom”. Em plena Étoile, junto ao Arco de Triunfo, numerosos grupos de portugueses, que esperavam a chegada de A BOLA depois de um fim de semana de grandes emoções desportivas, eram interpelados pela polícia francesa que os queria obrigar a dispersar, porque os confundiam com manifestantes espontâneos.

E chegou, então, o tempo de Joaquim Agostinho.

Quando Agostinho subiu os Pirenéus e os Alpes com a imensa força que a mãe natureza lhe deu, deixando para trás os maiores ídolos franceses, os portugueses da geração do Bidonville sentiram-se vingados de anos de humilhação, de discriminação, de desconsideração.

Agostinho era um dos deles. Eusébio, o Benfica, o Sporting e o FC Porto, claro que sim, eram também um orgulho nacional, um exemplo de que havia um Portugal de dimensão internacional que se afirmava muito para além de um regime que era politicamente detestado e de um povo que era conhecido pelos bigodes masculinos e femininos, pela infinita tolerância

à tristeza e pelo fado, a canção da saudade.

Agostinho tinha obrigado os franceses a encontrarem um nome afrancesado porque dele já todos falavam e todos admiravam. Era o “Tino” e a sua maneira desprendida de ser, a sua personalidade de agricultor firme e destemido, fizeram dele um herói do povo emigrante. Começou em França, estendeu-se pelo Luxemburgo, pela Bélgica, pela Suíça.

Agostinho era a prova provada de que estavam errados os que achavam que os portugueses eram uns resignados vencidos da vida.

Mais do que vos digo, proclamo que os grandes campeões do desporto português foram decisivos para a afirmação de uma diferente imagem de Portugal no mundo.

E, por isso, os jornais desportivos e, perdoem-me a imodéstia, o jornal A BOLA se tornaram aliados indispensáveis da diáspora portuguesa pelo mundo.

Sempre os feitos do futebol, obviamente, mas não só.

Joaquim Agostinho nos anos sessenta.

Carlos Lopes, sobretudo depois da medalha em Montreal e principalmente, com o ouro na maratona de Los Angeles.

Como então dizia o inesquecível professor Moniz Pereira, os portugueses podiam ser os melhores entre os melhores, se tivessem boas condições. Carlos Lopes, Mamede, Leitão e muitos outros eram a prova de que o inesquecível professor tinha razão.

Felizmente para Portugal e para os portugueses, logo chegou a nossa campeã no feminino.

As vitórias internacionais de Rosa Mota, um pouco à semelhança do que sucedeu com Lopes e muito à semelhança de Agostinho, representaram o lado luminoso do sucesso do povo português e, no caso concreto de Rosa, também o triunfo da mulher portuguesa. Da mulher só aparentemente frágil, que vence na vida contra tudo o que seria de se prever insuperável.

Rosa tem o encanto de um povo que gosta mais de sorrir e de estimar os outros do que de sucumbir às tristezas no choro dos condenados.

Permitam-me o exagero do comentário, mas eu acho que a

Rosa Mota já fez mais pela mulher portuguesa do que todas as leis sobre a igualdade do género. Não que as leis sejam dispensáveis, mas porque não há articulado que explique melhor a força, a dignidade, o querer, a heroicidade da mulher portuguesa, do que a Rosa.

Em Agostinho, em Carlos Lopes, na Rosa Mota, em todos os grandes campeões, a começar pelos olímpicos, como a Fernanda Ribeiro e o Nelson Évora, se revê a diáspora portuguesa. Eles são exemplo e orgulho, são ânimo e prova de vida da afirmação de um povo que nem sempre entre povos fora estimado e respeitado.

Durante estes 46 anos, à boleia desta ideia de afirmação nacional através dos nossos melhores atletas e dos nossos maiores clubes, A BOLA fez edições regulares com maior ou menor sucesso nos Estados Unidos, Brasil, Alemanha, França, Bélgica, Holanda, Itália, Espanha, Angola, Moçambique e, até, Macau.

Porém, hoje, a relação dos jornais desportivos com a diáspora portuguesa é ainda bem mais significativa. No caso mais concreto de A BOLA, que lidera as audiências nacionais e internacionais na net, surge, mesmo, um caso de estudo:

Atente-se no quadro:

#### Bola on-line – Junho de 2019

PAGE VIEWS	VISITAS	VISITANTES ÚNICOS
341,2 milhões	46,4 milhões	6,5 milhões

Se olharmos para a presença da diáspora, durante o último mês de junho, no site Bola on-line, podemos encontrar um valor igualmente assinalável: 36% de todo o tráfego nesse mês veio, essencialmente, de portugueses espalhados pelo mundo.

Estamos, pois, a falar de números invulgares: um total de 46.4 milhões de visitas (mais de 1,5 milhões por dia), dos quais 16,7 milhões chegam de fora de Portugal, ou seja, cerca de 557 mil visitas por dia, que chegam de toda a parte do mundo. Um número que reflete uma presença diária, no site de A BOLA, de cerca de 100 mil visitantes únicos vindos da diáspora portuguesa.

Seria obviamente impensável termos estes níveis de audiência com o jornal físico, em papel.

Valerá a pena olhar mais alguns quadros, para melhor entendermos o impacto, hoje, de um jornal como A BOLA, nos portugueses espalhados pelo mundo:

# DAS TORMENTAS À LIBERDADE, O PAPEL DO DESPORTO NO ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS

Rui Proença Garcia  
Universidade do Porto - Faculdade de Desporto

## Tráfego continental no site de A BOLA (junho de 2019)

	PAGE VIEWS	VISITAS
*Europa	286,4 milhões	39,1 milhões
África	35,6 milhões	4,1 milhões
EUA e Canadá	11,8 milhões	1,9 milhões
Brasil e Venezuela	6,2 milhões	1,2 milhões
Ásia	855,3 mil	38,9 mil
Austrália e NZ	342,8 mil	14,3 mil

\*Portugal incluído

## Ranking do top 10 (sem países de língua portuguesa)

PAÍSES	PAGE VIEWS
1º França	19, 3 milhões
2º Reino Unido	15,3 milhões
3º Suíça	13,8 milhões
4º EUA	7,9 milhões
5º Alemanha	5,4 milhões
6º Canadá	3,6 milhões
7º Espanha	3,5 milhões
8º Luxemburgo	3,1 milhões
9º Holanda	2,9 milhões
10º Bélgica	1,7 milhões

Total 76, 5 milhões de *page views* (2,55 milhões/ dia)

## Pages views e visitas nos países Lusófonos (sem Portugal) (junho de 2019)

	PAGE VIEWS	VISITAS
1º Moçambique	14,3 milhões	1,6 milhões
2º Angola	11,9 milhões	1,3 milhões
3º Cabo Verde	6,3 milhões	739 mil
4º Brasil	5,2 milhões	1,1 milhões
5º Guiné Bissau	431 mil	51,5 mil
6º S. Tomé e Príncipe	293,4 mil	33,8 mil

Total de 38, 424 milhões de *page views* (cerca de 1.3 milhões por dia) e um total de mais de 4,8 milhões visitas (quase 5 milhões – cerca de 161 mil visitas por dia, apenas dos países lusófonos, com exceção de Portugal)

Diariamente, chegam-nos, fora de Portugal, de todos os continentes, mais de meio milhão de visitas para verem mais 4 milhões de *page views* por dia.

Nunca a diáspora teve presença tão assídua e tão marcante contacto com o jornalismo desportivo.

Nunca os nossos jornalistas foram tão lidos.

Nunca os nossos conteúdos editoriais foram tão requisitados.

**Se juntarmos os conteúdos produzidos nas três plataformas, papel, digital e televisão, mais a presença constante, nas redes sociais, podemos falar, verdadeiramente, de um universo mundial de centenas de milhares de pessoas, às quais nunca antes tínhamos tido acesso.**

Gostaria, então, de vos poder dizer que estamos todos à altura dessa exigência e dessa responsabilidade. Porém, tal como acontece nas televisões e em toda a realidade dos média, em Portugal, que vivem na ansiedade da sobrevivência e na batalha sem tréguas da concorrência, a obsessão dos números não raras vezes esconde a razão maior do valor humano que está por detrás de cada número.

Dito isto, termino: o papel da imprensa desportiva na relação da diáspora com o seu país e as suas raízes foi assinalável e estará, para sempre, ligada à História vibrante da emigração portuguesa. Mas, hoje, a dimensão é outra. Poderá não ser tão emotiva, tão física, tão romântica, mas é mais imediata, mais habitual e faz parte da rotina diária da vida dos portugueses, estejam onde estiverem. Antigamente, A BOLA chegava às nossas comunidades em ciclos restritos. Hoje chega a todos os portugueses e a todos os que falam e se entendem na língua portuguesa, em qualquer lugar do mundo. Confesso que isso me entusiasma: **Finalmente, vai-se cumprindo o meu sonho!**

## Nota inicial

No dia 31 de outubro de 2019, o Comité Olímpico de Portugal realizou um Seminário genericamente denominado *Migrações, Desporto e Religiões*, que teve como objetivo central compreender o fenómeno dos Refugiados e refletir no papel que o desporto pode ter no acolhimento destas pessoas.

O Seminário desenvolveu-se em tornos dos seguintes eixos temáticos:

- Político
- Histórico-Religioso
- Desportivo

É de salientar que este Seminário se inseriu numa ação desenvolvida no terreno pelo Comité Olímpico de Portugal sobre o tema em apreço (*Viver o desporto – abraçar o futuro*), tendo resultado de uma parceria com a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. A Revista Visão associou-se também a este Seminário como *Parceiro de Media*.

## Das razões

Um dos mais dramáticos problemas da segunda década do século XXI diz respeito aos Refugiados<sup>1</sup>. Sem sermos exaustivos na enumeração destes casos que se arrastam há tempo em demasia, podemos lembrar o drama dos Rohingya em Mianmar, do Iémen, da Nigéria, República Democrática do Congo, de países do Norte de África, do Afeganistão, Síria, Sudão do Sul, Somália e com contornos um pouco diferentes de países da América Latina a tentarem alcançar os Estados Unidos da América. Desta região destacamos a Venezuela, cujas consequências de uma profunda crise política se fazem sentir com premência em Portugal, mormente na Região Autónoma da Madeira.

Segundo a ACNUR, Agência da ONU para Refugiados, devido “a guerras, violência e perseguições levaram o deslocamento forçado em todo o mundo para um novo recorde em 2017. Pelo quinto ano consecutivo, o número de pessoas que tiveram de deixar seus lares chegou a um patamar inédito – 68,5 milhões de indivíduos”<sup>2</sup>. Em 2019 Infelizmente esse número aumentou bastante. Com efeito, são cerca de 79,5 milhões de pessoas obrigadas a fugir da guerra, violência, perseguição e

outras emergências, sendo que nesse ano entre 8,7 milhões a 11 milhões de pessoas tornaram-se deslocadas por uma daquelas razões expressas, o que significa que no dia em que o Seminário decorreu, mais de 30.000 pessoas se tornaram refugiadas, provavelmente nenhuma por vontade própria. É difícil na História da Humanidade encontrar situações dramáticas com números desta grandeza. Se bem que a História documenta êxodos, nunca tal ocorreu com esta dimensão numérica e permanência.

Numa década o número de refugiados duplicou e, infelizmente, continua a crescer. É ainda de salientar que mais de um terço desses refugiados, entre 30 milhões a 34 milhões são crianças<sup>3</sup>, o que adensa ainda mais o drama. Crianças inocentes a sofrerem as agruras de um tempo paradoxal. Enquanto umas cada vez vivem melhor, outras crianças, estas, a debaterem-se pela vida numa jornada perturbadora através do Mediterrâneo, normalmente o elo entre a violência e a esperança que nem sempre é alcançada.

São cifras que impressionam, pelo que o Movimento Olímpico, enquanto uma das maiores manifestações culturais a nível planetário, deverá refletir, tentando responder à seguinte questão: **o que pode o desporto fazer por estas pessoas?**

Este questionamento não é retórico nem fruto de uma exacerbada caridade, mas consequência do verdadeiro poder que o desporto tem na atualidade. O desporto, pelo seu quadro axiológico, consegue dar visibilidade a inúmeros problemas sociais existentes, que de outra forma passariam despercebidos. A simplicidade da sua linguagem, de âmbito verdadeiramente universal, faz com que todos o compreendam, inclusive elevando-o à circunstância de ser uma chave hermenêutica da sociedade. Através do desporto, do simples desporto, podemos decifrar a sociedade contemporânea, lendo-a até ao mais ínfimo pormenor, tentando perscrutar os seus problemas, ocupando a questão dos refugiados um lugar de destaque.

Em cada momento surgem novos ou renovados desafios à sociedade cujas respostas não podem ser vislumbradas em eventuais soluções anteriores. Novos desafios implicam novas réplicas, para mais quando nos situamos numa sociedade

<sup>1</sup> Importa referir que ser refugiado não é o mesmo de ser migrante. “Os refugiados são pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições. Com frequência, sua situação é tão perigosa e intolerável que devem cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança nos países mais próximos, e então se tornarem um ‘refugiado’ reconhecido internacionalmente, com o acesso à assistência dos Estados, do ACNUR e de outras organizações. São reconhecidos como tal, precisamente porque é muito perigoso para eles voltar ao seu país e necessitam de um asilo em algum outro lugar. Para estas pessoas, a negação de um asilo pode ter consequências vitais”. Por seu turno, “os migrantes escolhem se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões. À diferença dos refugiados, que não podem voltar ao seu país, os migrantes continuam recebendo a proteção do seu governo”.

<sup>2</sup> <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/> Acesso no dia 15.12.2020.

<sup>3</sup> <https://naoesunidas.org/acnur-numero-de-pessoas-deslocadas-chega-a-685-milhoes-em-2017/> Acesso no dia 10.07.2019.

<sup>3</sup> <https://news.un.org/pt/story/2020/06/1717232> Acesso no dia 16.11.2020.

em rápida e constante mudança. A questão das migrações, não exclusivamente na condição de pessoa refugiada, é atual e elevada a um limiar absurdo.

Sabemos que a mobilidade das populações é bastante acentuada e que o conceito de fronteira entre países já não tem a força simbólica de outrora. Porém, o sentimento de pertença a um país, a uma região e a uma família não se perde com facilidade. O sentimento de pertença a uma terra, *à minha terra*, continua vivo no relato de quem teve de abandonar por força maior. Os refugiados, que não o são apenas por vontade própria, são disso exemplo, constituindo-se num drama de proporções descomunais.

Se a indiferença perante este drama acontece pela lonjura destes fenómenos, quando se aproxima do nosso conforto possibilita que tomemos consciência de uma realidade global.<sup>4</sup> As catástrofes humanas que ocorrem diariamente no Mediterrâneo mostram, aqui bem perto, a dimensão do problema. Já não se trata de um drama que acontece lá longe, nem sabemos muito bem localizar a sua ocorrência, mas que se aproxima das nossas casas a todo o momento.

Infelizmente, ser refugiado parece ser uma inevitabilidade do nosso tempo, de tal forma que a indiferença começa a acentuar-se. As imagens que nos primeiros tempos poderiam impressionar pela sua crueza, são agora vistas fugazmente ou simplesmente substituídas no écran das nossas televisões por programas de um outro canal qualquer. O humanismo dá lugar à indiferença.<sup>5</sup>

Diz a ACNUR que refugiado é a “pessoa que foi forçada a deixar seu país de origem e requer *proteção internacional* devido ao risco de violência ou perseguição caso voltasse para casa. Isso inclui pessoas que fogem de guerras. O termo tem suas raízes em instrumentos legais internacionais, notadamente a Convenção de Refugiados de 1951, o Protocolo de 1967 e a Convenção de 1969 da Organização da Unidade Africana (OUA). Uma pessoa pode obter o status de refugiado solicitando-o individualmente. Em casos de grande afluência, o status pode ser concedido *prima facie* (imediatamente). Os refugiados não podem regressar ao seu país de origem, a menos que seja estritamente um retorno voluntário”.

Como foi apontado, há outras pessoas que por razões diversas tiveram de sair dos seus países, muitas vezes por razões

de sobrevivência – pobreza absoluta – ou por violência social, tentando entrar, forçando barreiras, em outros países, ou regressando aos seus países de origem que há muito abandonaram, ou mesmo aos países de seus pais, que nunca visitaram. Podem não ser refugiados pelo Direito Internacional, mas sofrem as agruras do afastamento de igual forma. São pessoas deslocadas, desenraizadas, sem nada e, pior ainda, sem esperanças. Pessoas com histórias de vida impressionantes, marcadas pelo sofrimento, pela fuga a qualquer preço, sendo muitas vezes a vida esse custo, um preço demasiado elevado pelo “crime” cometido: o de querer viver com o mínimo de dignidade humana.

Perante estes dramas, os países mais desenvolvidos tomam várias atitudes, desde o acolhimento à construção de muros ou outras barreiras físicas para manterem bem longe esses famélicos de liberdade.

Portugal tem sabido responder a apelos internacionais, recebendo pessoas providas quer de *latitudes culturais distintas*, como de países que em tempos foram vistos como acolhedores, caso da Venezuela. Não é só o Estado que promove o acolhimento de refugiados, mas a denominada sociedade civil também o faz, havendo organismos particulares e pessoas a título individual que manifestam sentimentos hospitaleiros para quem, desesperado, nos procura.

Acolher pessoas de outros países, culturas, religiões e línguas diversas não se constitui numa tarefa sem escolhos. Há sempre o perigo da *guetização*, da formação de pequenos grupos afastados do convívio social, que pode resultar em discriminações variadas, como infelizmente se vai assistindo um pouco por todo o lado. Acresce ainda o perigo de se cair – ou continuar – na pobreza total, onde nem a sobrevivência está assegurada.

Sem dúvida, o que é de louvar, que há políticas nacionais e transnacionais para acudir a estados emergenciais, como depois para possibilitar o regresso à verdadeira existência humana destas pessoas.

Há organizações que decorrem do poder político, da esfera da religião e outras de natureza filantrópica que acolhem refugiados no nosso país, sendo que em alguns casos o desporto é convocado para possibilitar uma nova vida. O desporto, desde o de tipo mais recreativo até ao de alto rendimento, pode ser um instrumento para possibilitar o acolhimento e verdadeira

inserção das pessoas nas diversas comunidades. O desporto cumpre, assim, um papel muito para além daquele que normalmente lhe é atribuído. Porém, nem sempre este papel se torna visível.

Temos noção da complexidade do tema e do papel que o desporto poderá ter – e tem tido – para possibilitar a verdadeira existência a pessoas que há muito perderem as esperanças de uma vida digna.

É de lembrar que uma equipa de refugiados já participou em Jogos Olímpicos sob a bandeira do Comité Olímpico Internacional, dando assim visibilidade a uma realidade incontornável do nosso tempo. Com efeito, ser-se refugiado apresenta-se como uma categoria comparável ao ser-se de um determinado país, tal é a grandeza da questão. Infelizmente as pessoas refugiadas constituem-se como uma unidade social, mesmo sem possuírem um território próprio. O conceito de “povo” não está adstrito a uma condição territorial, mas a uma circunstância de sobrevivência impossível de ser concretizada nos seus países de origem.

Hoje, o sentimento de pertença a um país pode ser vivido com igual intensidade na condição de refugiado. O sentimento de se ser refugiado tem um valor análogo ao de se pertencer a determinado país. É uma condição humana tão digna como qualquer outra. Ser refugiado não pode ser um estigma social, mas a consciência que se é humano na plenitude dessa superior condição.

Para intervir é importante conhecer o fenómeno nas suas diversas configurações. É importante conhecer os contextos histórico, político e religioso dos refugiados, levantando questões para que o desporto possa ser eficaz na resposta a dar. Nem tudo está ao alcance do desporto, mas muito pode ser feito através do desporto.

É igualmente importante conhecer exemplos pessoais de autênticas transcendências sociais por via do desporto, como de práticas desportivas já existentes para esse fim. Que programas de Federações, Associações, Clubes, Autarquias e estruturas comunitárias e afins existem com projetos desportivos? Quais os principais resultados, quer desportivos como sociais?

Apenas com o conhecimento aprofundado destes aspetos mais vastos se torna possível saber o que pode o desporto

fazer para o acolhimento dos refugiados no nosso país.

Temos plena noção que não é tarefa isenta de obstáculos possibilitar através do desporto um verdadeiro diálogo multicultural – provavelmente no desporto poderemos aspirar a um pouco mais, ao diálogo transcultural – como fica evidenciado com uma notícia de jornal que aqui reproduzimos:

*“Fatima Habib, jogadora de 13 anos da equipa de sub-16 do Clube de Basquetebol de Tavira, foi impedida de defrontar, no domingo, o Imortal Basquetebol Clube de Albufeira, depois de recusar despir a camisola preta que tinha vestida debaixo do equipamento oficial.”*<sup>6</sup>

Retoricamente podemos perguntar se a camisola que a jovem vestia por baixo se constituía como uma ofensa cultural, ou se o seu uso representava uma vantagem desportiva. Embora retórica, respondemos com um sonoro não!

Continua a ser muito difícil harmonizar o discurso em prol da diversidade, religiosa ou outra, com as práticas do quotidiano. No desporto não é diferente.

### Das conclusões

Após a última conferência, procedeu-se à sessão de encerramento, tendo sido lidas as principais conclusões do Seminário, que podem ser assim resumidas:

*Houve uma palavra que pairou durante todo o Seminário: Dignidade. Este conceito kantiano foi invocado diversas vezes por vários intervenientes, o que é de louvar.*

*Talvez a melhor conclusão do encontro é relembrar o símbolo olímpico, o seu estandarte, com os cinco anéis entrelaçados, que representam as cores das bandeiras de todos os países que iniciaram o Movimento Olímpico Moderno. As únicas cores do desporto são essas e pela razão apontada, e não quaisquer outras por várias (não) razões.*

*Afirmou Gonzalo Barrio que é a história do seu lar a diferença entre um refugiado e um cidadão comum de um dado país. Dezenas de milhões de migrantes e de refugiados mostram a dimensão desta metáfora.*

*Paulo Mendes Pinto lembrou a história de Ulisses ao chegar,*

<sup>4</sup> Embora ainda sem atingir o volume de refugiados de outros países do Sul da Europa, o Algarve começa a ser mais um porto de esperança de pessoas do Norte de África. “A [então] Diretora nacional do SEF afirmou esta quinta-feira que é “inegável” a sucessão de desembarques de migrantes marroquinos na costa algarvia, como o que aconteceu na última terça-feira, mas considerou “prematureo” falar da existência de uma rota de imigração ilegal”. <https://www.publico.pt/2020/07/23/sociedade/noticia/sef-sucesso-de-embarques-migrantes-algarve-inegavel-prematureo-falar-rota-192529> Acesso no dia 19 de novembro de 2020.

<sup>5</sup> Esta indiferença acentuou-se durante o ano de 2020 por via de um quase único assunto que percorreu o mundo, a pandemia.

<sup>6</sup> Jornal de Notícias, Porto, dia 13 de novembro de 2019.



perdido, a uma ilha. Hoje teria o estatuto de refugiado. Primeiro foi acolhido, alimentado e deram-lhe vestimentas, e só depois é que lhe perguntaram quem era e o que fazia ali. Que diferença com o tempo atual, que até levou o Papa Francisco a deslocar-se à ilha de Lampedusa para chorar os mortos que ninguém chora. Hoje já ninguém se lembra da dramática imagem daquela pequena criança morta numa praia porque há tantas outras a morrerem nas mesmas circunstâncias, provocando uma inquietante indiferença da comunidade internacional face a um drama diário sem um fim à vista. Catarina Lima, numa comovente intervenção, lembrou o pequeno Alan Kurdi, a criança síria que não pode mais viver.

O desporto foi bem evidenciado por vozes insuspeitas, como as de Adriano Moreira e Paulo Mendes Pinto, porque tem a capacidade, pelo seu encanto, de transformar pessoas nacionais em cidadãos do mundo, tal como o filósofo da antiguidade, Sócrates, preconizava.

Infelizmente, o que foi frisado por vários conferencistas, nem sempre em Portugal os clubes abrem as portas a campeões da vida e do desporto, notando-se ainda resistências no acolhimento de cidadãos do mundo. Dora Estoura, numa poética intervenção, enfatizou que no desporto, por trás de cada campeão, há uma ou várias equipas, a técnica, a médica, entre outras pessoas, todas partilhando o esforço, um sonho/objetivo, o título, a glória, a distinção, a excelência. O percurso até se ser campeão é duro, implica muito trabalho, disciplina, resistência, resiliência, mas implica também que haja oportunidade para que o ou a atleta possa explorar o seu potencial. Nem sempre essa oportunidade surge no horizonte de muitos migrantes/refugiados. Farid Walizadeh, pugilista de eleição, é um exemplo de quem caiu algumas vezes, mas que sempre se levantou e acabou por vencer. Que magnífico exemplo!

A solução avançada – é importante também operacionalizar as ideias expostas – não é propriamente criar equipas de refugiados, como também, na perspetiva de Adriano Moreira, criar bairros específicos para refugiados, correndo-se o risco de um retorno a mitos raciais. Acolher não é discriminar, nem integrar. É mais, muito mais. É ser um de nós, que em Espanha se diz **nosotros**. Nós somos com os outros. O pronome “**Nós**” não é apenas o plural de **eu**. Significa **todos**, mesmo **todos**. Porém, como mostrou Gonzalo Barrio, existe uma equipa olímpica composta por refugiados, o que pode parecer um paradoxo, mas pode ser visto por um outro ângulo. Ser refugiado, antes de se ser verdadeiramente acolhido por um país, constitui-se numa unidade na diversidade Olímpica. O Movimento Olímpico estende-se a todos, verdadeiramente a todos, concretizando a ideia exposta que o pronome “**nós**” significa a totalidade.

Várias pessoas durante o Seminário elencaram um conjunto de exemplos que possibilitam os refugiados à participação desportiva em equipas locais. Jaime Ramos, na região de Mirando do Corvo, e Rui Marote, na Região Autónoma da Madeira, cada uma com as suas características, enfatizaram este aspeto. O desporto tem servido para possibilitar o acolhimento de muitas pessoas. Não se formam equipas exclusivamente de refugiados, mas vão jogar para as equipas da região, em plena harmonia com os locais.

Para Catarina Lima, o potencial do desporto explica-se com três breves reflexões.

1. “Efeitos benéficos para a saúde e o bem-estar”;
2. “Enorme potencial de normalização”.

Para a conferencista, o “desporto não é só espaço de superação de limites e glória olímpica”, sendo também “um espaço de normalidade, do quotidiano e de rotina.

3. “A dimensão social do desporto”.

Das conferências levantou-se um problema que se coloca ao desporto. O que significa hoje ser de uma dada nacionalidade? Vimos, com alguns exemplos enunciados nos debates, a diversidade existente na solução deste problema no mesmo país. Numa modalidade é de uma forma, noutra é de forma completamente diferente. Num país é de uma maneira, noutra é diferente. Falamos, mesmo dentro do mesmo país, de regulamentos diferentes para situações análogas. Atualmente a resposta a este problema não pode ser encontrada nos livros do passado, onde havia determinada regularidade imposta pelo território de nascimento ou de seus pais. Hoje o problema, por via dos deslocados forçados ou mais ou menos voluntários, tem de ser colocada de uma outra forma, provavelmente mais no campo da axiologia do que da territorialidade.

Foi com muita atenção que ouvimos um depoimento impressionante sobre a imigração ilegal de jovens futebolistas, expressão contemporânea de escravatura, sem qualquer punição desportiva ou outra. Mas, não estará a acontecer o mesmo a nível global, também sem grandes consequências? O desporto, que deveria ser um oásis nesta sociedade, começou a ficar contaminado pelos aspetos negativos da migração ilegal. Os exemplos apontados por Joaquim Evangelista conduzem-nos à transformação de um imigrante num refugiado. São sonhos duplamente negados. Nuno Costa Jorge diferenciou, pelos sonhos, refugiado de migrante. O primeiro vem com um sonho perdido nas suas terras, enquanto o segundo traz o sonho de ter uma vida melhor e mais longa.

O que Joaquim Evangelista demonstrou é que a esses jovens futebolistas se negam os dois sonhos. Vêm como migrantes, acabam por ser autênticos refugiados. Porém, o desporto não tem a exclusividade deste desvio. Muitas são as notícias análogas em outras áreas, nomeadamente no âmbito agrícola e de construção civil.

Ainda a respeito da integração de emigrantes portugueses no estrangeiro verificou-se que nem sempre as condições são acolhedoras, havendo muitos nossos conterrâneos a viverem a vida plena de dificuldades, discriminações e indiferença. O Seminário terminou com duas inquietantes conferências. Vítor Serpa falou-nos da diáspora e da forma como o jornal A BOLA contribui, mostrando com números, para a visão que Portugal é muito mais do que um território europeu. O autor destas conclusões lembrou um slogan do Estado Novo, **Portugal: do Minho a Timor**. Com efeito, aquando da vitória de Portugal no Euro 2016, do Minho a Timor, nossos antípodas, houve uma comunhão fraterna de todos os povos de cultura e língua portuguesas, traduzida em ruidosos festejos por essa vitória, envolvendo em Timor o estadista Xanana Gusmão, que orgulhosamente exibiu um cachecol com a cores da bandeira do antigo colonizador.

O Sheik David Munir elucidou-nos sobre o elevado valor do Islão, que significa Paz, de onde se retirou uma valiosa frase que esteve na génese do Seminário: **a beleza está na diversidade**. No desporto também.

É esta a nossa grande conclusão.

### Análise final

Entre conferencistas, palestrantes e moderadores, estiveram envolvidas 18 pessoas. O número total de participantes rondou a centena, o que correspondeu inteiramente às expectativas dos organizadores.

Foi unânime a opinião dos presentes sobre a elevadíssima qualidade de todas as intervenções, notando-se ainda a participação do público nos debates que se seguiram a cada conferência e durante todo o painel.

A interação entre os conferencistas, proveniente de diversas áreas do conhecimento, e os restantes participantes foi notória durante os tempos de almoço e dos intervalos, o que apraz registrar. Alguns desses conferencistas nunca tinham estado na sede do COP nem envolvidos em ações deste Comité, tendo ainda mostrado muito agrado pelo Seminário, manifestando posteriormente por escrito esse sentimento.

Os objetivos do Seminário foram plenamente atingidos. Com pessoas de indiscutível mérito, abordaram-se as dimensões políticas, históricas e religiosas das migrações em geral e dos refugiados em particular, tendo havido a oportunidade de mostrar aquilo que com o desporto tem vindo a ser executado em prol do acolhimento destas pessoas. Compreenderam-se as circunstâncias externas que determinam a existência de tantos milhões de pessoas que perderam o direito ao sonho e, em muitos casos, à vida. E compreendeu-se o contributo do desporto para acolher, qual Ulisses, essas pessoas.

Foram muitos os comentários elogiosos a este Seminário, quer dirigidos à organização como veiculados pela comunicação social, caso de notícias veiculadas pela Revista Visão, como uma crónica de Vítor Serpa, n.º A BOLA, sobre a conferência do Professor Adriano Moreira.

---

***Ficha Técnica***

***Editor***

Comité Olímpico de Portugal

***Autores***

José Manuel Constantino  
Adriano Moreira  
Pedro Maria Godinho Vaz Patto  
Paulo Mendes Pinto  
Gonzalo Barrio  
Maria Machado  
Farid Walizadeh  
Rui Tavares Guedes  
Jaime Ramos  
Rui Marote  
Dora Estoura  
Catarina Lima  
Vítor Serpa  
Rui Proença Garcia

***Coordenação***

Rui Proença Garcia

***Revisão***

Maria Machado e Rita Nunes

***Design e Produção Gráfica***

Estrelas de Papel, Lda.

***Tiragem***

500 exs.

**ISBN**

978-989-53101-1-1

***Depósito Legal***

481738/21

**Comité Olímpico de Portugal**  
Travessa da Memória, 36  
1300-403 Lisboa  
[comiteolimpicoportugal.pt](http://comiteolimpicoportugal.pt)